

Quem disse ?

«O trabalho dos nossos autarcas é o melhor argumento»

António Guterres
FIL, 20 de Novembro



Director **António José Seguro** • Director-adjunto **José Manuel Viegas**
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Diplomacia

Participação portuguesa em missões de paz em foco

Portugal está bem colocado no ranking de participação dos Quinze no esforço de defesa europeia. Esta foi a ênfase deixada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, em Bruxelas.

«Contribuir com quatro mil militares e 350 polícias e guardas republicanos coloca o nosso país num patamar muito elevado na participação da defesa europeia», disse Gama no final de uma reunião dos chefes da diplomacia da União Europeia (UE), realizada no dia 19, e que contou com a participação dos ministros da Defesa e da Administração Interna. No encontro foi feito o ponto da situação da contribuição de cada Estado-membro para as futuras forças de defesa e de polícia europeia que deverão estar prontas a partir de 2003.

Por outro lado, o chefe da diplomacia portuguesa referiu que Portugal está «a desenvolver coerentemente uma política de inserção do País em missões de paz das Nações Unidas», onde, sublinhou, tem «a primeira posição (em termos de homens) dos países da UE e a segunda dos países da NATO».

O ministro deu como exemplos a presença de forças portuguesas no Kosovo, Bósnia, Macedónia e Timor-Leste, realçando que o País tem dinheiro para despende neste tipo de missões onde gasta mesmo «uma percentagem do seu PIB acima da média dos países europeus que integram a NATO».

Por seu turno, o ministro da Defesa anunciou que Portugal aumentou a sua participação militar na futura Força de Reacção Rápida (FRR) europeia para 3.971 efectivos.

Rui Pena falava no final da Conferência Ministerial de Melhoria de Capacidades da União Europeia para equipar a FRR, a constituir até 2003 com um efectivo operacional de 60 mil militares.

PRÉ-CAMPANHA AUTÁRQUICA

ORGULHO NA OBRA FEITA

Confiantes na vitória nas eleições de 16 de Dezembro, os socialistas reuniram na antiga FIL os candidatos e arrancaram para a campanha autárquica com prioridades bem definidas: organização espacial, coesão social e descentralização

FAZER BEM, FAZER MELHOR.

FAZER BEM, FAZER MELHOR.

AUTÁRQUICAS 2001

Concertação Social

Guterres afirma Acordo histórico garante sustentabilidade da Segurança Social



Os acordos de concertação assinados no dia 20 entre o Governo e os parceiros sociais (UGT, CGTP, CAP e CCP) são históricos porque criam uma nova fórmula de cálculo das pensões que garantirá a sustentabilidade financeira da Segurança Social até ao final do século XXI, introduzindo também discriminação positiva a favor das mais baixas reformas, conforme salientou o primeiro-ministro.

PS em Movimento

Congresso da Federação de França Ampla debate sobre as comunidades portuguesas



Realizou-se na sala Charles Hermu, em Clichy, com a presença de 70 delegados vindos de diversas regiões de França e de várias dezenas de convidados, o Congresso Federal da Federação do PS/França, onde as três moções apresentadas proporcionaram um amplo debate sobre a problemática das comunidades portuguesas e também sobre a estratégia da Federação no sentido do reforço e desenvolvimento do seu trabalho político em França.



Optimismo e Confiança

O Partido Socialista parte para a próxima batalha eleitoral de 16 de Dezembro com confiança e optimismo num bom resultado. Assim também se apresentaram na FIL as largas centenas de socialistas candidatos e recandidatos às próximas eleições, para um almoço que marcou o arranque da pré-campanha autárquica. O almoço que juntou o secretário-geral, António Guterres, o presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, o coordenador autárquico do PS, Armando Vara, o presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Mário de Almeida, e o presidente da Associação Nacional de Freguesias, José Rosa do Egípto, e ainda destacados militantes e dirigentes socialistas, marcou o início da pré-campanha eleitoral que, conforme afirmou Guterres, se quer limpa e sem ataques pessoais.

Na sua intervenção, António Guterres pôs em evidência o excelente trabalho realizado pelos autarcas socialistas, dando especial relevo ao efectuado na Capital, pelo autarca João Soares, líder da coligação «Amar Lisboa» e anfitrião desta extraordinária jornada de confraternização autárquica.

Guterres foi bem explícito ao afirmar que «quem olha para Lisboa hoje e recorda o que era a cidade há quatro anos atrás, não pode deixar de sentir uma enorme admiração», salientando que o elevado número de convidados estrangeiros que recebe em São Bento, na qualidade de primeiro-ministro, lhe referem que «Lisboa é uma cidade linda e que está muito melhor». Essa é a melhor prova do excelente trabalho da Câmara, sustentou o secretário-geral.

António Guterres, que não quer ver a campanha marcada por «acusações pessoais ou novelas de cordel», salientou que não vê as eleições autárquicas como forma de disputar o poder a nível nacional, apelando aos candidatos para não fazerem das autárquicas um «jogo pelo poder», definindo as preocupações sociais como a principal característica dos autarcas socialistas.

Conscientes dos grandes desafios que têm pela frente, os socialistas apresentam como mais-valia o excelente trabalho que têm feito por esse País fora e que hoje se encontra à vista de todos para ser avaliado.

Mas, o PS não pretende apenas manter as autarquias que conquistou em 1997, é preciso ir mais além. Por isso, apresenta a nível nacional um conjunto de homens e mulheres preparados, conhecedores das realidades dos seus conselhos e por isso capazes de «fazer o que falta».



GOVERNO MOBILIZA MEIOS PARA O PÓS-TEMPORAL

O violento temporal que se abateu sobre a região de Lisboa em Novembro de 1983, causando 13 mortos e cerca de mil desalojados, e prejuízos incalculáveis nos vários sectores de actividade, e a mobilização imediata do Governo do Bloco Central, chefiado por Mário Soares, disponibilizando todos os recursos disponíveis, era o tema em destaque na edição de 30 de Novembro de 1983 do «Acção Socialista».

Reunida no Largo do Rato, a Comissão Permanente do PS lamentava a perda de vidas e bens e considerava que a catástrofe reflectia largamente «os erros acumulados durante muitas décadas, devido à ausência de planeamento urbano».

Entretanto, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, durante uma visita a Cabo Verde, propunha a institucionalização do relacionamento dos países de língua portuguesa.

J. C. C. B.

30 de Novembro

Quem disse?

«Temos de nos bater por uma nova ordem linguística internacional»

Jaime Gama



Gustavo Soromenho homenageado

Fundador do PS, resistente antifascista, Gustavo Soromenho foi alvo, na passada segunda-feira, de uma homenagem, por iniciativa da Biblioteca-Museu República e Resistência.

Gustavo Caratão Soromenho, falecido com 93 anos, foi um destacado membro do Grande Oriente Lusitano da Maçonaria Portuguesa, para onde entrou em 1935, quando foi ilegalizado pelo Estado Novo, tendo ainda sido um dos promotores do Movimento da Unidade Democrática (MUD).

Soromenho esteve na reunião do Centro

Almirante Reis a 8 de Outubro de 1954, de onde resultaria o seu nascimento.

Presidente da Comissão Distrital de Lisboa do MUD, foi um activista das campanhas presidenciais dos generais Norton de Matos (1948) e Humberto Delgado (1958).

A 3 de Março de 1973 participa na reunião constitutiva do Partido Socialista Português em Bad-Munsterfeld, Alemanha.

Por vontade própria, não exerceu qualquer cargo político de relevo no pós-25 de Abril de 1974.

Internacional Socialista Mais de 300 líderes políticos em Conselho Mundial

Cerca de 300 líderes políticos, entre eles o chefe do Governo português, António Guterres, estarão presentes em 26 e 27 de Novembro no Conselho Mundial da Internacional Socialista (IS), a ter lugar na República Dominicana.

Além de António Guterres, assistirão ao encontro, entre outros, o secretário-geral da IS, Luís Ayala, o primeiro-ministro sueco, Goran Persson, o líder sandinista da Nicarágua, Daniel Ortega, e o panamiano Martin Torrijos.

Confirmaram também a presença o novo

secretário-geral dos democratas de Esquerda de Itália, Piero Fasino, e líderes políticos da Argélia, Espanha, Angola e Moçambique.

O porta-voz do PRD informou que no Conselho Mundial da IS, que comemora o 50º aniversário da sua fundação, será discutido o problema do terrorismo.

A antiga chefe do Governo do Paquistão, Benazir Bhutto, que já se encontra na República Dominicana, está a trabalhar nos preparativos da reunião mundial da IS.

Agricultura nos Açores Recuperar atraso de anos

A agricultura açoriana «está a recuperar o atraso de muitos anos», uma vez que o investimento público no sector duplicou desde 1997.

Foi esta a garantia deixada pelo presidente do Governo da Região Autónoma dos Açores, Carlos César, quando falava, no passado dia 17, na inauguração da nova fábrica de lacticínios da ilha do Pico.

Trata-se de um investimento de 1,5 milhões de contos (7,5 milhões de euros) que permite uma produção diária de quatro toneladas de queijo.

Segundo o presidente do Executivo socialista

regional, a aposta do Governo no turismo não se traduziu em «qualquer desaceleração do investimento na agricultura», e desafiou os lavradores das ilhas a prosseguirem com a melhoria da qualidade dos seus produtos.

Por seu turno, Ricardo Rodrigues, secretário regional da Agricultura, anunciou que, em breve, será iniciada a construção das novas fábricas de lacticínios do Faial e Graciosa.

Com uma área coberta de quatro mil metros quadrados, a fábrica Picolaze resulta de uma parceria entre a cooperativa Lacto Pico e a empresa Lacticínios de Azeméis.

Banco Central Portugal ao nível da UE em 2001

Vitor Constâncio prevê que o crescimento económico português em 2001 deve situar-se ao nível da média europeia ou ligeiramente acima

Interrogado pelos jornalistas à saída da conferência sobre regulação financeira, o governador do Banco de Portugal não se quis pronunciar sobre a proposta governamental de aumentos de 2,5 por cento na Função Pública por não ter elementos sobre as repercussões desse aumento na despesa pública, dados de que só o Governo dispõe.

Segundo Vitor Constâncio, «o essencial nos aumentos salariais da Função Pública é que o acréscimo de massa salarial que daí resulta seja compatível com o objectivo de conter o crescimento das despesas correntes num

máximo de quatro por cento». Relativamente à situação internacional, Vitor Constâncio assinalou que a evolução dos acontecimentos no plano político e militar parece desanuviar o ambiente, mas lembrou que já antes de 11 de Setembro se verificava uma desaceleração económica maior do que a prevista.

Contudo, o governador prevê que, ao contrário dos Estados Unidos, a Europa não deverá ter recessão mas sim fraco crescimento.

Sobre as anunciadas novas regras de utilização de cartões de débito, anunciadas na conferência, Vitor Constâncio esclareceu que incidirão sobre questões relativas a informação aos clientes e normas sobre casos de extravio ou uso indevido dos cartões.

COIMBRA

Inauguração do Mercado Municipal

GUTERRES REAFIRMA APOSTA NA VALORIZAÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS

O primeiro-ministro, António Guterres, reafirmou no dia 17 que a política de valorização das cidades médias, em que Coimbra tem um «papel fundamental», é essencial para o desenvolvimento do País.

O Guterres intervinha na inauguração do novo Mercado Municipal D. Pedro V - mais uma grande obra do Executivo camarário, presidido pelo socialista Manuel Machado -, onde foi recebido num ambiente de festa e com manifestações calorosas da população, que abafaram completamente os protestos dos «habitúes» contestatários, cada vez em menor número, da co-incineração na cimenteira de Souselas, desta vez liderados pelo PSD e PP locais que aproveitaram para fazer chicana política.

O primeiro-ministro sublinhou que esta nova política de valorização das cidades médias se faz em «diálogo permanente com o município para, no futuro, Coimbra, ter um



papel central no desenvolvimento do País». Segundo o chefe do Executivo, em Coimbra, a articulação entre o município e o governo permitiu renovar «um dos mais bonitos, se não o mais bonito mercado do País», a modernização da Baixa, a intervenção no Pátio da Inquisição, o futuro fórum municipal,

a instalar na Estação Nova, e as acções previstas no programa Pólis. António Guterres destacou também as intervenções no domínio das acessibilidades, aludindo à construção (em curso) da Ponte Europa, à conclusão, para breve, da auto-estrada entre Coimbra e a Figueira da Foz

ao projecto do metropolitano ligeiro de superfície para o Ramal da Lousã, uma obra «indispensável, que vai avançar».

O primeiro-ministro discursava no antigo mercado do peixe, um dos sectores do antigo mercado municipal cuja traça da arquitectura do ferro foi mantida, mas embelezada.

Manuel Machado, presidente da Câmara de Coimbra, muito aplaudido durante a sua intervenção, considerou o dia de hoje como uma «data marcante» para a cidade, adiantando que o novo equipamento «reinventa a noção de mercado tradicional» com «características próprias do século XXI».

O autarca socialista apelou à homologação da candidatura a financiamento do equipamento ao III Quadro Comunitário de Apoio, com a «mesma celeridade e eficácia com que a obra foi completada».

António Duarte, presidente da Associação de Comerciantes do Mercado, defendeu Na cerimónia estiveram também presentes, entre outros, os secretários de Estado Adjunto do primeiro ministro, da Defesa do Consumidor e da Indústria, Comércio e Serviços.

UNIÃO EUROPEIA

Guterres e Prodi defendem

PRIORIDADE À REFORMA ECONÓMICA E AO MEDITERRÂNEO

«A União Europeia não pode ser uma feira de vaidades»

António Guterres

O primeiro-ministro, António Guterres, e o presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, estão em perfeita sintonia: querem uma Europa unida e a uma só voz, que seja uma união de minorias, contra a lógica de directório dos grandes países. A posição dos dois estadistas foi assumida em conferência de Imprensa, após um almoço de trabalho no dia 15, na residência oficial do primeiro-ministro, em São Bento. Guterres e Prodi defendem que as prioridades dos Quinze deverão ser a reforma económica e a estabilização política da bacia do Mediterrâneo.

De acordo com Romano Prodi, estes dois «dossiers» deverão mesmo constituir a prioridade da presidência espanhola da União Europeia, que se iniciará no primeiro semestre de 2002.

«Porque estou em Portugal, tenho de salientar que a cimeira de Lisboa, em 1999, constituiu o ponto de viragem político para a modernização da União Europeia», sustentou Prodi, para quem a agenda da União deverá



ter como «primeira prioridade a modernização, através de um novo impulso em sectores como as telecomunicações, a energia, as novas tecnologias e a ciência». A segunda prioridade, segundo Prodi, «deverá ser a bacia do mediterrâneo, porque

a História é a História e porque a União Europeia tudo deverá fazer para que este seja um espaço de paz e de relações pacíficas e abertas em todos os domínios». No mesmo sentido, o primeiro-ministro defendeu que os Quinze deverão ter a

coragem de «romper com bloqueios que afectam a União Europeia do ponto de vista económico».

Regular a globalização

Do ponto de vista político, segundo Guterres, «é importante a acção da União Europeia em regiões como a Ásia Central, no Médio Oriente e na bacia do Mediterrâneo».

«Se o mundo for mais justo, seguramente será também menos violento», defendeu o chefe do Governo português, para reiterar a sua exigência de que a União Europeia aproveite a presente crise internacional «para regular a globalização e criar um mundo mais seguro».

O primeiro-ministro que vem defendendo que a União Europeia não pode ser uma feira de vaidades, sublinhou que «para Portugal só interessa salvaguardar a ideia de a Europa falar unida e a uma só voz».

Quanto à agenda da próxima cimeira de chefes de Estado e de Governo, a 14 e 15 de Dezembro, em Laeken, na Bélgica, em que estará em discussão a repartição de competências institucional da União, após o processo de alargamento, o primeiro-ministro português disse apoiar «o reforço da posição da Comissão Europeia».

FINANÇAS

2002: câmaras receberão a maior transferência de verbas de sempre

O ministro das Finanças, Guilherme d'Oliveira Martins, afirmou que o Governo procederá, em 2002, à maior transferência de sempre de verbas para as autarquias, no âmbito da Lei das Finanças Locais.

Falando perante cerca de cem pessoas num jantar/debate promovido pela candidatura socialista à Câmara Municipal da Figueira da Foz, no passado dia 17, em que as perspectivas de desenvolvimento macroeconómico do País estiveram em destaque, Oliveira Martins defendeu ainda que o desenvolvimento equilibrado do poder local «exige que sejam tomadas medidas não discriminativas».

«Cumprimos a Lei das Finanças locais e em 2002 iremos fazer a maior transferência de sempre para as autarquias», disse o ministro das Finanças.

Segundo Oliveira Martins, o Executivo socialista pretende «apostar mais nas transferências para investimento do que para despesa corrente», isto no intuito de incentivar as autarquias a assumir projectos de interesse local.



AMBIENTE

Inaugurado aterro sanitário do Oeste

O ministro do Ambiente e Ordenamento do Território, José Sócrates, assegurou, sábado, que no fim do ano, todos os resíduos sólidos urbanos produzidos pelo País terão um destino final adequado, acabando de uma vez por todas com as lixeiras a céu aberto.

Esta promessa foi feita por José Sócrates durante a cerimónia de inauguração do aterro sanitário do Oeste, infra-estrutura que vai receber os lixos de 14 concelhos da região.

Sócrates disse que em Portugal existiam 340 lixeiras, «cancros ambientais que envergonhavam o País», mas «no fim deste ano, os resíduos sólidos produzidos por todos os portugueses poderão ter um final adequado».

O ministro referiu que, com a política ambiental seguida pelo Governo, o País passará de um indicador (em termos de tratamento adequado dos resíduos), que era em 1995 de 25 por cento, para um indicador de 100 por cento, o que «é próprio de um país desenvolvido e que não se conforma com os cancros ambientais».

Nesta deslocação ao município do Cadaval, o ministro acompanhado por presidentes de câmara, visitou a lixeira da Lourinhã que vai entrar em obra de encerramento para a semana e a de Peniche que já está desactivada.

A lixeira da Lourinhã encontra-se em combustão permanente, sendo uma fonte de emissão de dioxinas e o volume de resíduos lá depositados já chegou mesmo a contaminar uma captação de água de abastecimento público.

José Sócrates disse que aquele problema ambiental «faz parte do velho Oeste», afirmando que dentro de dois meses estará resolvido.

A desactivação das nove lixeiras da região está em curso, seis das quais – Nazaré, Cadaval, Torres Vedras, Alenquer, Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos – já se encontram em fase de obra.



ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Trânsito: cursos superiores de circulação rodoviária

O secretário de Estado da Administração Interna, Rui Pereira, defendeu, no dia 17, em Leiria, durante um encontro da Associação de Directores de Escolas de Condução (ADEC), a criação de cursos superiores na área da circulação rodoviária.

«Chegámos a uma fase em que devemos subir o tom do ensino em matérias relacionadas com a circulação rodoviária. É preciso haver uma maior articulação entre universidades, institutos politécnicos e o sector da circulação rodoviária. No âmbito de licenciaturas, bacharelatos ou estudos pós-graduados, não existe nenhuma formação orientada para o automóvel e no entanto o automóvel e a circulação rodoviária é importantíssima», considerou Rui Pereira, lembrando que morrem por ano em Portugal «mais pessoas na estrada do que morriam durante a guerra colonial».

Para o secretário de Estado, «só a inércia e incapacidade do ensino acompanhar as vicissitudes da nossa vida prática explica não existirem ainda cursos» virados para a «formação de formadores no âmbito da condução, da inspecção automóvel e da

realização de auditorias a vias de comunicação».

Rui Pereira considerou a sinistralidade automóvel em Portugal «um problema para a segurança interna, para a saúde pública e para a economia nacional. A média de mortos nas estradas em Portugal, cerca de 1600 por ano, é o dobro da média europeia», sublinhou.

Na sessão de abertura do encontro da ADEC, o secretário de Estado frisou a necessidade de começar, logo na infância, a ensinar «comportamentos responsáveis e adequados socialmente» como um esforço «que se reflecte por toda a vida».

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Rede para integrar cidadãos com necessidades especiais

Disponibilizar infra-estruturas e equipamentos que permitam a integração de todos os cidadãos na Sociedade da Informação, combatendo a exclusão de segmentos da população, é o objectivo da Rede Solidária Cidadãos com Necessidades Especiais, anunciada pelo ministro da Ciência e da Tecnologia, no dia 19.

À semelhança do que acontece no âmbito do programa Portugal Digital, que fomenta a criação de espaços Internet de acesso gratuito, o objectivo desta rede é o de incrementar o acesso à informação e a serviços *on-line* para públicos específicos, como deficientes e idosos, explicou Mariano Gago.

A rede, aprovada no início de 2001 pelo ministério da tutela sob proposta da Unidade ACESSO (Acessibilidade a Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação), «integra já 42 associações distintas, da área da deficiência, num total de 125 postos espalhados por todo o País», indicou.

Neste momento, 39 instituições (representativas de cada tipo de deficiência) têm já postos a funcionar.

O anúncio foi feito durante a sessão de abertura de uma conferência subordinada ao tema «A Sociedade da Informação e a Deficiência Visual», organizada pela ACAPO (Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal), e que se realizou segunda-feira na FIL, Parque das Nações.

Enunciando as várias iniciativas que o Ministério da Ciência e da Tecnologia tem promovido para que os cidadãos com necessidades especiais usufruam das potencialidades das novas tecnologias da informação e da Internet, e as utilizem para melhorar o seu quotidiano, Mariano Gago indicou que é necessário fazer com que a «própria ciência e tecnologia, aquela que é mostrada nos museus de ciência e no Pavilhão do Conhecimento, seja também para os cidadãos com necessidades especiais».



HABITAÇÃO

Casas vazias em Lisboa e Porto explicam-se pela falta estatísticas

A inexistência de estimativas fiáveis no sector da habitação, relativas ao mercado de arrendamento, explica o elevado número de casas vazias em Lisboa e Porto.

A conclusão foi avançada, segunda-feira, dia 19, em Lisboa, pela secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, para quem «a falta de valores de referência para o arrendamento é a razão pelo qual existem tantas casas vazias em Lisboa e no Porto, apesar da liberalização dos preços».

Leonor Coutinho falava na apresentação do novo sistema de indicadores de preços na construção e habitação do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Neste momento, esta série inclui apenas a análise dos custos de construção, os valores de avaliação de habitação, preços da manutenção e reparação regular e o preço do crédito e do capital médio em dívida.

Com base nos Censos 2001, o INE pretende apresentar um índice relativo ao arrendamento e ainda no próximo ano, índices dos preços da transacção dos terrenos e de habitação.

«A publicação de informação sistemática de base científica permitirá um maior conhecimento das necessidades do mercado, impedindo que seja induzido em erro», explicou Leonor Coutinho, acrescentando que «as informações contraditórias que têm vindo a público, ao longo dos anos, são responsáveis pelo desajuste entre a casas construídas e as que eram precisas».



NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Afganistão/Ataques: Portugal participa em missão humanitária

Portugal vai participar na missão humanitária da União Europeia (UE) no Afeganistão, afirmou o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama.

Em entrevista à Rádio Renascença, Gama pronunciou-se também sobre a questão dos vistos para os Estados Unidos, tendo-se mostrado convicto de que a isenção de vistos vai ser mantida para os cidadãos portugueses que pretendam entrar em território norte-americano.

O ministro admitiu que «podem existir ainda passaportes falsificados a circular», mas todos têm o número de série identificado, logo não serão aceites em nenhuma fronteira.

Durante a entrevista, foi também abordada a questão de Angola, tendo o governante realçado que a política portuguesa é «a de impulsionar através da *troika* o relançamento do processo de paz».

Entretanto, o secretário de Estado da Cooperação, Luís Amado, deslocou-se ao Paquistão para definir os pormenores da participação portuguesa, segundo informou o ministro.



PLANEAMENTO

Inaugurado Museu Militar de Elvas

O Museu Militar de Elvas foi inaugurado, no passado dia 18, em cerimónia presidida pelo secretário de Estado adjunto da ministra do Planeamento, Ricardo Magalhães, para dar a conhecer as origens da cidade e toda a sua história militar.

Instalado no Forte de Santa Luzia, actualmente a beneficiar de obras de recuperação, o novo museu inclui seis núcleos, nas antigas casamatas, onde através de uma sucessão de ambientes recriados por meios audiovisuais, o visitante fica a conhecer a história militar de Elvas, desde as suas origens à Idade Média, Restauração, séculos XVII a XIX e a sua arquitectura militar.

No exterior do forte destacam-se, em particular, os seus quatro baluartes, onde foram colocadas peças de artilharia, sendo visível a arquitectura militar seiscentista, através de um forte abaluartado com alusões à defesa da cidade na primeira metade do século XIX.

O secretário de Estado considerou que este «é um espaço muito importante que permite reviver toda a história de Elvas e conhecer as formas de defesa desta cidade militar».

Ricardo Magalhães salientou ainda que «existe uma forte aposta na recuperação do património elvense o que contribui para um incremento do turismo».

A maioria dos objectos expostos no Museu Militar, armas brancas e de fogo e outros artigos de guerra da Idade Média e da Restauração, fazem parte do espólio do Museu Municipal de Elvas, sendo alguns cedidos pelo Museu Militar de Lisboa.



ORÇAMENTO

Controlar os custos unitários de trabalho

O secretário de Estado do Orçamento justificou a proposta de aumento salarial para a função pública de 2,5 por cento para 2002 com preocupações que têm a ver com a perda de competitividade da economia portuguesa.

Rui Coimbra, que falava durante a apresentação da execução orçamental de Outubro, adiantou que os custos unitários de trabalho – correspondentes à diferença entre os aumentos salariais e os ganhos de produtividade – têm aumentado em Portugal a um ritmo superior aos dos seus principais parceiros.

«Esta perda de competitividade não tem tido impacto negativo no emprego», continuou, acrescentando que a procura externa dirigida a Portugal tem acelerado, o que não se prevê que aconteça em 2002. Desta forma, aqueles custos têm de evoluir de forma diferente.

O valor de 2,5 por cento resulta, assim, de uma previsão de crescimento em 2002 dos custos unitários do trabalho na zona euro de 1,5 por cento e da produtividade em Portugal de um por cento.

O governante acrescentou ainda que haverá sempre uma diferença entre o aumento da massa salarial que vier a ser acordado e o que se verificará na realidade.

PESCAS

Algarve exporta atuns de aquicultura para o Japão

O secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, presidiu, no dia 19, em Olhão, à apresentação da primeira unidade europeia de criação de atuns em regime de aquicultura, com vista à sua exportação para o mercado japonês.

Propriedade da empresa luso-nipónica Tunipex, que já opera em Portugal desde 1995, a unidade criará 80 postos de trabalho e prevê atingir uma facturação média anual de 750 mil contos.

A fábrica de preparação e acondicionamento, que concluiu um processo de investimento de 1,75 milhões de contos (8,75 milhões de euros), permitirá processar o atum com a rapidez necessária depois da apanha, permitindo colocá-lo no mercado japonês em poucas horas.

Os peixes serão criados numa armação gigantesca em pleno mar alto, de aquicultura *off-shore*, que permite o controle da cor e do teor de gordura do atum, factores que determinam a sua aceitação e elevada cotação no mercado japonês.

Refira-se que entre 1995 e 2000, a média anual de exportações portuguesas de atum para o Japão foi de 22 toneladas.

Contudo, até aqui a captura do atum era feita num tipo de armação diferente, o que não implicava a sua alimentação em alto mar, uma vez que, depois de capturados, os peixes eram imediatamente abatidos, processados e transportados por via aérea.

Nos últimos seis anos, o Japão importou uma média anual de 272 mil toneladas de tunídeos, sobretudo congelados.



PORTUGAL SOCIALISTA



JÁ À VENDA

Com entrevista a **Augusto Santos Silva**

PLANO ESTRATÉGICO PARA RESÍDUOS INDUSTRIAIS EM REVISÃO

O Conselho de Ministros aprovou um decreto-lei que procede à revisão do Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Industriais (PESGRI '99) aprovado em 1999.

Os desenvolvimentos recentes verificados no domínio da gestão de resíduos industriais determinaram o interesse de proceder à revisão do PESGRI '99, o que ocorreu no passado dia 15.

Nesta revisão do plano (designada por PESGRI '2001), efectuada no momento em que se concretiza a erradicação das lixeiras que constituíam o destino não só dos resíduos urbanos, mas também de grandes quantidades de resíduos industriais, merecem destaque alguns aspectos, entre os quais a actualização do inventário de resíduos industriais, de acordo com os dados disponíveis mais recentes, relativos a 1999, e que incluem o apuramento nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores; a consolidação da estratégia de prevenção preconizada no Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais (PNAPRI); a sistematização das melhores opções de tratamento para cada tipo de resíduos, em respeito pela respectiva hierarquia de gestão; e a integração das conclusões da Comissão Científica Independente (CCI) em matéria de gestão de resíduos industriais perigosos.



De realçar, ainda no PESGRI '2001, um aprofundamento da caracterização do sector de actividades de gestão de resíduos, bem como dos fluxos de resíduos especiais resultantes da actividade industrial. Para o universo considerado, inventariou-se uma produção total de resíduos industriais de cerca de 17 milhões de toneladas, representando os resíduos perigosos produzidos cerca de 0,9 por cento do total.

As operações de gestão registadas ainda evidenciam uma necessidade de consolidação dos princípios da hierarquia de gestão de resíduos, ou seja, seguidamente à prevenção, a reutilização e a reciclagem, outras formas de valorização, nomeadamente a energética e finalmente, a deposição adequada dos resíduos. Concretizando para a prática da gestão dos resíduos de acordo com a estratégia

definida, construiu-se um cenário, com base no qual se pretende estimar os quantitativos de resíduos que, não podendo deixar de ser produzidos, são susceptíveis de ser encaminhados para operações de gestão que cumpram os princípios da hierarquia já enunciada.

Assim, com base no Catálogo Europeu dos Resíduos, trabalharam-se os dados do Inventário da Produção de Resíduos Industriais, de modo a avaliar os quantitativos declarados para cada tipo de operação de gestão e compará-los com os que resultariam da adopção da estratégia preconizada.

A construção do presente cenário permitiu concluir que há possibilidade de um aumento significativo das operações de valorização, em detrimento de opções de eliminação (valorização até 77 por cento para os resíduos banais e até 90 por cento para os resíduos perigosos), o que requer ainda um aumento da capacidade instalada de valorização de resíduos no País.

Prevê-se igualmente a necessidade de assegurar capacidade de encaixe em aterros para fazer face à fracção de resíduos não valorizáveis.

De forma a atingir os objectivos estratégicos propostos, foram sistematizadas acções a desenvolver, cujo enquadramento temporal é aferido no contexto dos três horizontes de planeamento (2002, 2005 e 2015).

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 15 de Novembro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que procede à revisão do Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Industriais (PESGRI '99);
- Uma proposta de lei que aprova a primeira alteração da que define as bases gerais a que obedece o estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações e a prestação de serviços de telecomunicações;
- Um diploma que altera o decreto-lei que aprova o regime jurídico da habitação periódica;
- Um decreto-lei que aprova o novo enquadramento jurídico do Sistema Português da Qualidade (SPQ);
- Uma resolução que cria a Comissão Nacional de Gastronomia;
- Um decreto-lei que altera a base XV do contrato de concessão celebrado entre o Estado e a Brisa – Auto-Estradas de Portugal, SA, na redacção que lhe foi dada pelo decreto-lei n.º 287/99, de 28 de Julho, a qual estabelece as regras a aplicar na fixação das taxas de portagem para os lanços e sub-lanços que integram a concessão;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 120/2000, de 4 de Julho, que aprova a lei orgânica do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território;
- Um diploma que altera o decreto-lei que criou a Portugal Global, SGPS, SA.;
- Um decreto-lei que procede à conversão de valores expressos em escudos para euros, em legislação da área da Justiça;
- Uma resolução que autoriza que a delegação de competências de superintendência nos ministros da República relativamente a diversos serviços do Estado sediados nas Regiões Autónomas continue a poder ser atribuída, deixando-se porém a sua tradução material a cargo dos ministros que tutelam os diversos serviços periféricos do Estado;
- Uma resolução que alarga a composição da Comissão Mista de Coordenação do Plano de Ordenamento da Albufeira do Divór, incluindo um representante da Câmara Municipal de Évora.

DESTAQUE – CM

Telecomunicações

REVOLUÇÃO EM MARCHA

O Governo socialista deu luz verde à primeira alteração da lei que define as bases gerais a que obedece o estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações e a prestação de serviços de telecomunicações.

O sector das telecomunicações tem sentido, desde 1997, ano da aprovação da Lei de Bases actualmente em vigor, uma reconhecida evolução que se tem feito sentir aos mais variados níveis, designadamente, regulamentar, tecnológico e de mercado. Destaca-se a aprovação de diversos diplomas, entre os quais, já em Novembro de 1999, o que veio definir o âmbito do serviço universal de telecomunicações e estabelecer os regimes de fixação de preços e de financiamento que lhe são aplicáveis.

Neste sentido, as alterações do dia 15 à Lei de Bases das Telecomunicações, resultado do relatório apresentado pelo Grupo de Trabalho para a revisão do contrato de concessão do serviço público de telecomunicações entre os Ministérios das Finanças e do Equipamento Social, Portugal Telecom e a entidade reguladora Instituto das



Comunicações de Portugal, constituído por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e do Equipamento Social, reconhecem o carácter evolutivo do conceito de serviço universal e determinam a afectação da rede básica de telecomunicações ao domínio privado do Estado.

PE QUER ACABAR COM AS COMISSÕES BANCÁRIAS ELEVADAS

Uma proposta para acabar com comissões bancárias elevadas entre países da zona euro recebeu luz verde do Parlamento Europeu (PE), faltando agora o acordo dos Quinze para que seja aplicada.

O projecto de regulamento (lei comunitária), feito inicialmente pela Comissão Europeia, foi aprovado pela Assembleia de Estrasburgo, na sua última reunião do passado dia 15.

No caso de ser aprovada, entrará em vigor em todos os Estados-membros já a partir de 1 de Janeiro de 2002.

Com a aprovação deste regulamento acaba uma batalha de mais de 10 anos durante os quais, tanto a Comissão Europeia como o Parlamento Europeu vêm insistindo com a banca para que acabe com o «efeito fronteira» nos sistemas de pagamentos.

A proposta aprovada estabelece que, para um custo de transferências até 50 mil euros (cerca de 10 mil contos), os cidadãos europeus paguem o mesmo quer se encontrem no seu país ou num outro da zona euro.

A Comissão e o Parlamento Europeu consideram não haver qualquer razão para que, a partir do momento em que o euro se torne uma realidade nos bolsos dos

cidadãos europeus, estes devam pagar mais por uma operação bancária no estrangeiro do que no seu próprio país.

Segundo um estudo da Comissão relativo aos pagamentos transfronteiriços, realizado em Setembro deste ano, um cidadão europeu que se encontre fora do seu país e se dirija a uma caixa multibanco para levantar dinheiro, fica sujeito ao pagamento de uma avultada comissão.

No caso de efectuar uma transferência de 100 euros para uma conta domiciliada num outro Estado-membro, esse mesmo cidadão fica

sujeito a pagar uma comissão de 24 euros. Com a adopção por parte dos Quinze deste regulamento, os cidadãos europeus passam a ter, a partir de Janeiro, não só uma moeda única, mas também uma zona de pagamentos única.

Os bancos continuam a manter a liberdade de fixar os preços dos pagamentos e transferências de pequenos montantes, desde que não façam qualquer distinção entre pagamentos transfronteiriços e pagamentos internos.

Caberá aos Estados-membros fixar sanções

em caso de não cumprimento do regulamento, considerando o Parlamento que elas devem ser «eficazes, proporcionais e dissuasivas».

Passo decisivo para o euro

Para a eurodeputada socialista Helena Torres Marques, que interveio na semana passada, na sessão plenária, para defender a proposta, que considerou um passo decisivo para a credibilidade da moeda única, é ainda necessário assegurar que com a aplicação do regulamento não aumentem os custos domésticos.

Referindo que «os pagamentos transfronteiriços apenas representam um por cento dos pagamentos totais realizados pelos bancos», salientou que se trata «de pagamentos electrónicos que representam redução de encargos com pessoal pelos bancos».

Segundo Helena Torres Marques, «o aproveitamento deste regulamento para o lançamento de taxas sobre os pagamentos domésticos deve ser firmemente recusado pelas instituições europeias».

Nesse sentido, a eurodeputada socialista informou já a Comissão Europeia da intenção anunciada pelos bancos portugueses de passarem a cobrar uma taxa pelas operações feitas através da rede Multibanco a nível doméstico.



PE APROVA RELATÓRIO SOBRE EXTRADIÇÃO ENTRE ESTADOS-MEMBROS

O relatório do eurodeputado socialista Luís Marinho sobre as regras de extradição entre os países da União Europeia (UE) foi aprovado, por larga maioria, na sessão plenária de Novembro do Parlamento Europeu (PE).

No debate que procedeu a votação deste relatório, o camarada Luís Marinho afirmou que o futuro das regras de extradição na UE passará pela criação de novas normas europeias que passem a ter por base uma dimensão verdadeiramente comum aos Quinze, e não uma lógica convencional ou puramente intergovernamental, nem sempre conducente a resultados uniformes em todos os Estados-membros.

«A lógica é que venham a ser substituídas pelo reconhecimento mútuo das decisões jurídicas e pela mera transferência de lugar das pessoas que cometeram crimes, criando-se assim um espaço europeu único

para a extradição, afirmou o vice-presidente do PE.

Construção naval dos países do Sul da Europa

A eurodeputada socialista Elisa Damião defendeu na sessão plenária de Estrasburgo, da passada semana, maiores apoios da Comissão Europeia para o sector da construção naval dos países do Sul da Europa.

Intervindo no debate da proposta de regulamento sobre os apoios comunitários neste domínio, Elisa Damião insistiu na necessidade de «um outro olhar para o sector naval», que tenha em consideração o facto de o mesmo ser, muitas das vezes, «o único que gera desenvolvimento» em algumas regiões de países como Portugal, Espanha e Grécia.

Segundo a eurodeputada socialista, a

construção naval é, nessas regiões, «o maior empregador, e um empregador que se desdobra num conjunto de serviços e de indústrias subsidiárias da maior importância».

Alertou ainda que o desaparecimento deste sector seria uma verdadeira «tragédia social», com graves implicações na economia destes países.

Relações UE-América Latina

A eurodeputada socialista Maria Carrilho defendeu, na sessão plenária de Estrasburgo, uma nova estratégia para as relações UE-América Latina, que passe por uma «nova abordagem estratégica, mais coerente e dotada de conteúdos políticos efectivos».

Maria Carrilho, que falava durante o debate do relatório sobre a criação de uma associação global UE-América Latina, considerou como decisivo o estabele-

cimento de parcerias mais fortes com os países daquela região do globo, tendo em atenção a sua potencial adesão à Zona do Comércio Livre Americana, já a partir de 2005.

Segundo a eurodeputada socialista, o carácter pouco satisfatório dos resultados alcançados na área da cooperação económica, social e ecológica entre a UE e os Estados sul-americanos deve-se a uma atitude de «auto-inibição europeia» face «à primazia geo-estratégica dos Estados Unidos em todo o território americano».

É por isso necessário, segundo Maria Carrilho, que a União aproveite a actual fase de preparação da 2ª cimeira de chefes de Estado e de Governo da UE e da América Latina, agendada para Maio do próximo ano, para apresentar propostas que impulsionem as relações euro-latino-americanas e que contribuam para o avanço da política de apoio ao desenvolvimento daquele subcontinente.

CONDIÇÕES FAVORÁVEIS PARA PORTUGAL NO COMÉRCIO MUNDIAL

A secretária de Estado para os Assuntos Europeus, Teresa Moura, considerou no dia 15 que o acordo alcançado na cimeira ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Doha, cria condições favoráveis à futura expansão e diversificação da economia portuguesa.

Teresa Moura salientou que a estratégia de Portugal durante a cimeira foi «ofensiva», no sentido de defender a introdução de novos assuntos no quadro negocial da OMC, sendo a questão da liberalização do sector dos têxteis a única área em que Portugal esteve numa posição relativamente defensiva.

Em causa esteve a posição de países em desenvolvimento, que exigiam maior acesso a mercados no Ocidente, defendendo uma antecipação da data, 2005, prevista em acordos assinados em 1995 para a completa eliminação do sistema de quotas de exportação de têxteis.



A manutenção do calendário de Marraquexe, defendida por Portugal, acabou por ficar garantida, apesar de referências na declaração ministerial da cimeira ao lançamento de um processo de negociação

na área dos têxteis.

Sobre o novo ciclo negocial que fica aberto até 2005 quando se realizará a próxima ronda, Teresa Moura considerou que este processo não afectará Portugal, porque a existir, mediante proposta de um membro ou membros da OMC, ocorrerá já no período final do processo de eliminação das quotas de exportação de têxteis. «A surgirem na fase final do calendário de Marraquexe, novas negociações sobre liberalização de mercados têxteis poderão até proporcionar a Portugal condições de acesso a novos mercados», disse Teresa Moura.

A secretária de Estado para os Assuntos Europeus referiu ainda que numa perspectiva global, o lançamento em Doha de um novo ciclo de liberalização do comércio mundial «constituiu um sinal positivo muito necessário para gerar confiança nos mercados e nos consumidores na conjuntura difícil que a economia mundial atravessa».

«O facto de o novo impulso à abertura de mercados ter sido decidido já com um enquadramento temporal associado (2002 - 2005) demonstra também que há empenhamento político na concretização do

processo negocial», adiantou Teresa Moura. «Várias das áreas contempladas na declaração ministerial de Doha cumprem os objetivos de Portugal, que se apresentou na cimeira com posições naturalmente integradas no contexto global das posições da União Europeia», disse Teresa Moura, antes de deixar Doha de regresso a Portugal. Teresa Moura considerou ainda que o novo ciclo de liberalização do comércio mundial lançado na cimeira da OMC «traduz-se em novas oportunidades para as exportações portuguesas, favorecendo uma diversificação de mercados para lá da tradicional concentração nos mercados europeus», acrescentando que favorável a Portugal foi o facto de pela primeira vez na agenda da OMC terem sido introduzidas regras globais referentes a investimento e concorrência.

Para Teresa Moura, «o enquadramento de regras e disciplinas que normas globais sobre investimento e concorrência introduzem no sistema multilateral de comércio dão a uma economia de pequena dimensão como a de Portugal um mecanismo de protecção que facilitará o desenvolvimento de projectos de internacionalização das empresas».

APREENSÕES DE DROGA AUMENTARAM EM PORTUGAL

Portugal é um dos países da União Europeia com aumentos mais «significativos» no número de apreensões de droga, sendo a heroína o estupefaciente mais apanhado pelas autoridades.

Este facto, segundo os dados que constam do Relatório Anual sobre a Evolução da Droga na União Europeia de 2001, do Observatório Europeu das Drogas e da Toxicod dependência (OEDT), divulgado na terça-feira, dia 20, em Bruxelas, é o resultado da aposta do Governo no combate à droga, que elegeu como «inimigo público número um», nomeadamente através do reforço dos meios e mecanismos postos à disposição na luta contra o narcotráfico.

O documento salienta que nos últimos três anos o número de apreensões relacionadas com droga cresceu na maior parte dos países da União Europeia (UE), mas os aumentos mais significativos verificaram-se na Grécia, Irlanda e Portugal.

Em 1999, a Bélgica e o Reino Unido foram os únicos Estados-membros a registar um decréscimo do número de apreensões.

A «cannabis», além de ser a droga mais consumida em toda a UE, é também a mais apreendida na generalidade dos Estados-membros, com excepção de Portugal, onde

o maior número de apreensões diz respeito à heroína.

Em 1999 foram capturadas mais de sete toneladas de heroína na UE, um terço das quais no Reino Unido, adianta o relatório, acentuando que se registaram grandes quedas nas quantidades desta droga apreendidas na Grécia, França, Irlanda, Holanda e Áustria.

Em contrapartida, foram registados grandes aumentos nas quantidades capturadas em Espanha e Itália. Desde 1997, as quantidades apreendidas têm aumentado em toda a UE, excepto na Irlanda e na Áustria, e os maiores aumentos verificaram-se na Alemanha, na Grécia, em Portugal, na Finlândia, na Suécia e no Reino Unido.

O relatório da agência europeia da droga sediada em Lisboa adianta que a Espanha continua a registar os maiores níveis de apreensão de cocaína. As apreensões de cocaína aumentaram regularmente em toda a Europa comunitária desde meados dos anos 80, mas parecem ter estabilizado em 1999.

Por outro lado, as apreensões de LSD são menos vulgares na UE e em 1999 verificou-se uma redução generalizada das quantidades, excepto na Grécia, na Áustria, em Portugal e no Reino Unido.

ANTÓNIO VITORINO APRESENTA ÚLTIMO DOCUMENTO SOBRE IMIGRAÇÃO

O comissário europeu António Vitorino apresentou na semana passada, em Bruxelas, o último documento sobre política comum de luta contra a imigração clandestina no espaço comunitário.

O texto, aprovado na passada quinta-feira pela Comissão, foi apresentado na sexta-feira aos ministros da Justiça e da Administração Interna da União Europeia (UE).

Tendo como pano de fundo o respeito pelos direitos humanos, António Vitorino propôs seis áreas de actuação prioritária comum da UE: política de vistos, troca de informações, gestão das fronteiras, cooperação policial, legislação relativa aos cidadãos estrangeiros e direito penal, política de repatriamento e readmissão dos imigrantes pelos países de origem.

Previstos estão os próximos passos da Comissão nessa matéria: apresentação de um Livro Verde sobre política comunitária de repatriamento dos ilegais, comunicação sobre a gestão das fronteiras europeias ou

estudo da criação de um sistema europeu de identificação de vistos.

No âmbito dos esforços comuns dos Quinze em matéria de luta antiterrorista, os ministros da Justiça e da Administração Interna prosseguem hoje o debate em torno da harmonização das penas a aplicar na UE. A aplicação de uma «pena máxima mínima» de oito anos a membros de organizações terroristas e de 20 para os seus dirigentes está em cima da mesa, mas a ausência desse conceito no direito penal alemão e austríaco está a dificultar a sua aprovação pelos Quinze.

Nesse sentido, tanto a Alemanha como a Áustria sugeriram a aplicação de outros meios de harmonização penal entre os Quinze.

Outro documento importante ligado à luta antiterrorista na UE é o do mandado de captura europeu, tendo a presidência belga elaborado «uma proposta de compromisso» a discutir também na referida reunião.

ACORDO HISTÓRICO GARANTE SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL

Os acordos de concertação assinados no dia 20 entre o Governo e os parceiros sociais (UGT, CGTP, CAP e CCP) são históricos porque criam uma nova fórmula de cálculo das pensões que garantirá a sustentabilidade financeira da Segurança Social até ao final do século XXI, introduzindo também discriminação positiva a favor das mais baixas reformas, conforme salientou o primeiro-ministro.

Falando na cerimónia de assinatura dos acordos - que são o resultado de meses de intenso diálogo - sobre «Modernização da Protecção Social» e «Introdução de Limites Opcionais às Contribuições para o Sistema de Repartição», realizada no Centro Cultural de Belém, António Guterres sustentou que após 2040, e de acordo com as previsões efectuadas, em caso de défice do sistema de Segurança Social, «não se prevê que possa ultrapassar um por cento do PIB (220 milhões de contos)», pelo que, frisou, é «perfeitamente suportável pela comunidade».

Para o primeiro-ministro, os acordos assinados são, no essencial, documentos que asseguram a «universalidade de direitos» e que contêm «aspectos de discriminação positiva a favor dos mais baixos rendimentos».

No entanto, António Guterres considerou que os textos dos acordos, que derivam da negociação em sede de concertação social, «podem ser aperfeiçoados» com, por exemplo, a «modernização do sistema fiscal». «Este sistema pode ser aperfeiçoado mas não deve ser destruído, porque se for destruído não é para mim evidente que se encontre uma alternativa que possa garantir o que este sistema garante - um século de estabilidade na prestação de direitos sociais fundamentais para a nossa população», afirmou.

Guterres manifestou ainda a disponibilidade do Governo para negociar melhorias ao sistema, mas alertou para que não se faça «excessiva engenharia jurídica e financeira com base naquilo que é um direito sagrado da população portuguesa», as pensões de reforma.



Ao intervir na cerimónia de assinatura dos acordos com todos os parceiros sociais, exceptuando a CIP, que à última hora não assinou os textos, o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Paulo Pedroso, considerou os acordos como «um passo fundamental para a reforma da segurança social».

«Uma reforma que visa melhor protecção social, com um futuro mais sólido, garantido nas condições económicas e sociais previsíveis pelo horizonte de um século e com uma situação positiva de pelo menos 40 anos», afirmou.

Paulo Pedroso sustentou também que a forma de atribuição das pensões aos beneficiários do sistema previdencial de Segurança Social será, com o novo quadro, «mais justa, permitirá uma subida das pensões em linha com os salários, favorecerá os trabalhadores que reflectem nas suas contribuições para a Segurança Social a verdade das suas carreiras profissionais e os trabalhadores de mais baixos rendimentos».

Nova fórmula de cálculo das pensões

A nova fórmula de cálculo das pensões de

reforma tem por base toda a carreira contributiva (e não a actual que se limita aos melhores 10 anos dos últimos 15 de contribuições) e consagra a revalorização extraordinária dos salários com base na melhoria dos níveis de vida que se registarem na sociedade portuguesa e na taxa de inflação.

Todos os beneficiários que estejam inscritos até 31 de Dezembro de 2001 e que se reformem entre 1 de Janeiro de 2002 e 31 de Dezembro de 2016 e todos aqueles que até ao final do ano completarem o período de garantia de 15 anos, irão receber a sua pensão pelo melhor de três métodos de cálculo.

Ou se reforma pela fórmula em vigor, ou pela nova fórmula, ou ainda por um misto das duas formas de cálculo tendo em conta os períodos cumpridos em cada sistema - antes e depois de Janeiro de 2002.

Dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade demonstram que um pensionista com uma carreira contributiva de 40 anos e com uma remuneração de referência (média dos salários dos melhores 10 anos dos últimos 15 de contribuições) de 80 contos teria uma pensão de 64 contos pela actual fórmula e

uma pensão de 71.734 contos com o novo cálculo.

Entre as duas formas de calcular a pensão, referem os dados divulgados, há um ganho de 12 pontos percentuais com a nova fórmula porque a taxa de composição, que actualmente é de dois por cento independentemente do salário, foi «diferenciada positivamente» para os salários mais baixos com ganhos de, no máximo 0,3 por cento.

Já o cálculo da pensão de um cidadão com apenas 30 anos de contribuições e com uma remuneração de referência de 645 contos nos melhores 10 dos últimos 15 de contribuições resultaria, na fórmula actual, numa reforma de 387 contos, enquanto pelo novo método, a pensão atingiria os 388.360 escudos, mais 0,3 pontos percentuais.

A aplicação dos limites contributivos, também objecto de acordo, está condicionada ao parecer favorável do Conselho Nacional de Solidariedade e Segurança Social. A aprovação implicará, contudo, que os trabalhadores com salários superiores a 12 salários mínimos nacionais optem por, obrigatoriamente, descontar para o sistema público ou regime complementar a parcela que excede o tecto estabelecido.

Partido Socialista

AUTÁRQUICAS
2001
PS

DESCENTRALIZAR PARA MELHOR SERVIR AS PESSOAS

Conscientes de que as eleições de Dezembro não são uma arena de combate pelo poder nem um julgamento antecipado do Governo, os socialistas apresentam-se à pré-campanha com uma visão clara para Portugal assente em três prioridades: descentralização, coesão social e organização do espaço. Na antiga FIL, em Lisboa, foram apresentados os candidatos às autárquicas 2001. Com orgulho na obra feita de norte a sul do País, e na justa medida em que se soube conquistar a confiança dos cidadãos, o PS não desarma, vai à luta para vencer mais esta batalha eleitoral, porque o que está em causa é servir melhor os portugueses.

«Fazer bem, fazer melhor» é o nosso slogan para esta campanha pelo poder local, aquele que se encontra mais próximo das pessoas, pessoas que são e continuarão a ser a paixão dos socialistas.



argumento mais forte que temos nas nestas eleições é o trabalho dos nossos autarcas», enfatizou António Guterres, no almoço-convívio com os

candidatos socialistas às câmaras, assembleias municipais e juntas de freguesia, tendo deixado claro que o grande trunfo do PS nas próximas eleições de Dezembro é a obra feita.

Depois de esboçar um sorriso confiante e reiterar: «É tão fácil ser secretário-geral de um partido assim», António Guterres começou por manifestar o seu apoio à coligação «Amar Lisboa», que junta socialistas, comunistas e «verdes», na recandidatura de João Soares à presidência do município alfacinha.

Guterres elogiou o trabalho de Soares à frente edilidade lisboeta, referindo que todos os estrangeiros que recebe em São Bento lhe dizem que a capital está muito melhor, e lembrou o «orgulho» que sentiu quando viu o João Soares acabar com a Quinta da Curreleira – local onde despertou para a política –, e devolver um Rossio renovado aos lisboetas.

Ainda ao sublinhar as diferenças entre a Lisboa de 1997 e a actual, António Guterres não deixou de realçar «a beleza crescente que nossa capital tem».

«Quem olha para Lisboa hoje e recordar o que era a cidade há quatro anos atrás, não

pode deixar de sentir uma enorme admiração», reiterou o secretário-geral, que entrou nas antigas instalações da FIL acompanhado pelo candidato João Soares e pelo coordenador da Comissão Permanente, Jorge Coelho.

Afirmando que «não há nada que possa substituir-se ou comparar-se à obra feita», o secretário-geral do PS manifestou satisfação pelo desempenho de Mário de Almeida em Vila do Conde, Mesquita Machado em Braga e Narciso Miranda em Matosinhos, sem deixar de parte o trabalho «admirável» de Maria da Luz Rosinha em Vila Franca de Xira, Joaquim Raposo na Amadora, Rosa do Céu em Alpiarça e de outros ediles que conquistaram novas autarquias para a gestão socialista.

«Com os socialistas marca-se uma diferença», disse Guterres, recordando que «onde outros não conseguiram, as nossas e os nossos autarcas fizeram a mudança e para melhor».



A NOSSA PRIORIDADE É SERVIR MELHOR AS POPULAÇÕES TRANSFERINDO COMPETÊNCIAS DO PODER CENTRAL PARA OS MUNICÍPIOS

Reconciliar os cidadãos com a política

A vitória do PS está, pois, fundada na obra feita e na noção que, segundo António Guterres, distingue o Partido Socialista dos outros partidos. É que o PS não encara as eleições autárquicas de Dezembro como um jogo de poder.

Guterres apelou aos autarcas socialistas para que façam uma campanha limpa, por forma a reconciliar os cidadãos com a vida política, que baseiem as actividades de campanha numa perspectiva específica de poder local e «não mediante ataques pessoais ou romances de cordel».

Reiterando a recusa do PS de fazer um «jogo pelo poder, o secretário-geral garantiu que os socialistas têm uma visão para o País que passa por três prioridades programáticas essenciais: a organização do espaço, a consciência social e a descentralização.

No primeiro dos três pontos focados, Guterres disse que os socialistas continuam a apostar numa rede de cidades médias onde se possa viver com qualidade, que potencie o desenvolvimento rural, alivie a tensão de crescimento em Lisboa e no Porto, evitando-se assim a desertificação do interior do País. Sobre a consciência social e as redes sociais locais, António Guterres não deixou passar a oportunidade de recordar que «um autarca do PS é um autarca para quem a pobreza é uma preocupação prioritária, a coesão social é uma marca, a habitação social é uma necessidade e as pessoas estão em primeiro lugar». Depois de definir a coesão social como um traço distintivo dos socialistas, o secretário-geral do PS reconheceu problemas em Portugal ao nível da descentralização.

No que se refere às transferências do poder central para o poder local, Guterres disse mesmo que é preciso «ir mais longe». E embora não considere a descentralização uma tarefa fácil, o líder socialista frisou que «essa é a nossa prioridade».

«Não é fazer um negócio, é servir melhor as populações e rentabilizar os recursos que são escassos», concluiu.

Batalha pela confiança

A batalha das eleições autárquicas poderão ser a «alavanca» para uma maior reforço dos poderes locais. Foi esta e ideia subjacente aos discursos dos oradores que antecederam a intervenção de António Guterres.

Armando Vara, coordenador do processo autárquico do PS, disse que os socialistas estão a partir para «este combate com muita confiança e muito orgulho».

Segundo Vara, os candidatos do Partido Socialista podem e merecem a reafirmação da confiança dos portugueses, uma vez que há razões para sentirem orgulho no trabalho dos «nossos» autarcas.

Na sua breve alocução, Armando Vara sublinhou que o PS fez um esforço notório por incluir nas suas listas candidatos capazes de pôr as pessoas em primeiro lugar.

No seu estilo habitual, João Soares, recandidato à presidência da Câmara Municipal de Lisboa (CML), falou nas provas



FOI NO GOVERNO DA NOVA MAIORIA QUE OS MUNICÍPIOS E AS TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS PREVISTAS NA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS

dadas de modernização e humanização da capital, sublinhando que as eleições autárquicas não são o momento de julgar o Governo, mas sim o trabalho «feito com paixão» pelas edilidades.

Soares garantiu que vai travar uma batalha «pela estabilidade, pela sensatez e pelo equilíbrio» em Lisboa.

Combativo, o candidato dos socialistas à CML denunciou as «campanhas de demagogia e populismo» de que tem sido alvo, reafirmando a sua determinação em reconquistar a autarquia.

João Soares recordou, a título exemplificativo, que nas vésperas da demolição das últimas barracas em Lisboa, e da reabertura do Rossio, surgiram adversários a desmerecerem as obras e a tentarem abafar o sucesso do trabalho concluído.

Recusando insinuações de cobardia política por parte dos outros candidatos, João Soares foi claro ao afirmar que «os socialistas não fogem ao debate e estão prontos a dar a

cara pelo futuro das suas terras», acrescentando que «dar a vitória ao Partido Socialista e à esquerda, é dar a vitória a Portugal».

A terminar, Soares apelou ainda à «energia combativa» e à «fidelidade» dos candidatos socialistas, frisando que a batalha será dura, mas que os homens e as mulheres de esquerda estão preparados para ela.

Fazer bem e melhor

Em jeito de balanço, o presidente da Associação Nacional de Freguesias elogiou a governação socialista, durante a qual «as freguesias viram, finalmente, satisfeitas algumas das suas aspirações».

Antes de dar a palavra a Mesquita Machado, Rosa do Egípto lançou um apelo, exortando os candidatos presentes no almoço a «trabalhar afinadamente» pelas suas localidades, pois «os autarcas do PS sabem como ninguém "fazer bem e fazer melhor"».

E se tal é o slogan de campanha do PS para as eleições de 16 de Dezembro, há quem, como Mesquita Machado, presidente da Associação dos Municípios PS, não hesite em afirmar que «o Partido tem sabido conquistar a confiança dos seus concidadãos», uma vez que os autarcas socialistas não actuam com demagogia, mas com verdade».

Mesquita Machado lembrou a época de atrofimento laranja do poder local e elogiou a decisão do Executivo socialista em cumprir com a lei das finanças locais, o que vem acontecendo desde 1996.

Segundo o representante da Associação de Municípios PS, foi o Governo de António Guterres o primeiro a cumprir esta lei, facto que se traduziu, conforme atestou, num reforço de verbas para as câmaras e as freguesias.

Mas, estando a primeira etapa da descentralização cumprida, Mesquita Machado evidencia a necessidade de ir mais longe.

«Isso só não chega», disse. «É preciso mais», reiterou, defendendo que «é necessário avançar com a efectiva descentralização» entre o poder central e local, perdida que foi a batalha da regionalização.

«Tudo o que pode ser feito pelas câmaras não deve ser feito pela administração central», declarou Mesquita Machado.

Esta foi uma ideia que acabaria por ser secundada pelo presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Mário de Almeida assegurou que os socialistas têm «sobejas razões» para estarem orgulhosos e reiterou: «Este Governo foi pioneiro, cumprindo a Lei das Finanças Locais, com o reforço das verbas afectas aos municípios e freguesias».

Da cerimónia de apresentação pública dos candidatos autarcas socialistas saiu reforçada a ideia de que a descentralização é a prioridade das prioridades e que corresponde ao pilar autárquico da visão socialista para um novo Portugal.

MARY RODRIGUES



HÁ UMA OBRA QUE PODE SER MOSTRADA E QUE TODA A GENTE PODE VER

MATOSINHOS

Recandidatura ao cargo

NARCISO CONTRA A DROGA

O combate ao «grande cancro social» que é a droga foi eleito por Narciso Miranda como a principal prioridade do seu próximo mandato à frente da Câmara de Matosinhos, agora que anunciou a sua recandidatura ao cargo.

Narciso Miranda, um dos autarcas mais prestigiados do PS, mostrou-se convicto de que «o PS vai ganhar em todas as freguesias, na Câmara e Assembleia Municipal».

«Não temos adversários, porque estes aparecem e depois desaparecem», referiu o autarca socialista, acusando o PSD de «abandonar o eleitorado», logo após as eleições autárquicas, o que «vai voltar a acontecer depois de Dezembro».

Na apresentação dos candidatos socialistas à Câmara e Assembleia Municipais de Matosinhos, que teve lugar no passado dia 18, Narciso Miranda afirmou que «não se trata de desconsiderar os adversários».

«Tenho grande estima por Montalvão



Machado (candidato da coligação PSD/PP). É um homem sereno e sério, mas que está aqui profundamente contrariado a fazer um favor ao seu partido», disse, manifestando-

se «solidário» com o esforço que o seu adversário está a fazer.

Narciso Miranda lembrou que Montalvão Machado foi candidato em 1997 à Assembleia Municipal, órgão que «abandonou sete meses após as eleições».

«Somos nós que temos de resolver os problemas porque é sobre nós que os cidadãos depositam uma grande esperança», sublinhou, acrescentando que o PSD em Matosinhos «transformou-se numa máquina trituradora que constrói e anula candidaturas e que desvaloriza permanentemente o trabalho que cada um vai fazendo».

É uma realidade que faz com que «o PS tenha de lutar mais e tenha de mobilizar as instituições e os cidadãos para participarem neste combate eleitoral».

Não há vitórias antecipadas

«Temos menos de um mês para trabalhar, não há vitórias antecipadas, não se iludam

com sondagens porque as eleições só se ganham com os votos na urna» disse Narciso Miranda.

Apelou à mobilização dos cidadãos para participarem activamente e, assim, «valorizarem a vitória que o PS está a construir em Matosinhos».

Relativamente às propostas de acção, o candidato afirmou que irá trabalhar «contra o inimigo número um que é a droga, o grande cancro social que destrói tantas famílias, tantos jovens e provoca tantos problemas na vida das pessoas».

«Vamos também travar um grande combate contra alguns agentes poluidores que ainda perturbam o trabalho sério que tem vindo a ser realizado e vamos ser implacáveis relativamente aqueles que persistem em não cumprir regras e que estragam o trabalho que temos vindo a realizar», acrescentou.

Continuar a aposta na requalificação urbana e ambiental é outro objectivo de Narciso Miranda, por se tratar de algo «fundamental» para a qualidade de vida dos cidadãos.

CALDAS DA RAINHA

Jantar de apresentação dos candidatos

«As Caldas da Rainha devem ter mais poder na região», defendeu o candidato socialista à presidência da Assembleia Municipal, Vera Jardim, que se candidata pela primeira vez a um órgão autárquico.

«As Caldas não têm assumido o protagonismo, que eu penso têm direito, e está um pouco "entalada" entre, por um lado, Leiria e, por outro, Torres Vedras e Alcobaça não tendo havido um projecto dinamizador», afirmou o candidato.

Para Vera Jardim, que falava na semana passada, depois de um jantar de apresentação da candidatura socialista à autarquia, «as Caldas da Rainha têm um conjunto de características e atributos nas áreas da cultura, ambiente, indústria e turismo mas, tem-se retirado daí pouco».

«As Caldas da Rainha devem ocupar o lugar que merecem no todo do distrito de Leiria e na zona Oeste, deixando de ser alguma coisa de esquecido entre terras que têm um desenvolvimento e uma afirmação diferente da que tem havido nas Caldas», sustentou. O ex-ministro da Justiça explicou ainda as razões que o levaram a aceitar a candidatura a presidente da Assembleia Municipal.

Vera Jardim disse ser um «caldense de coração» uma vez que foi nesta cidade que viveu uma parte da infância e da juventude adiantando que «a candidatura tem capacidades e virtualidades para que as coisas passem a ser diferentes», uma vez que a autarquia é governada há 16 anos por executivos de maioria PSD.

O encontro dos socialistas, que reuniu algumas centenas de apoiantes, contou também com a presença de outras figuras nacionais como Guilherme de Oliveira Martins e os deputados Vítor Ramalho, Isabel Vígia (que também é candidata à Câmara da Nazaré) e João Pedro Correia, presidente da concelhia local do PS.

Ao intervir na sessão, Oliveira Martins salientou que 2002 «vai ser um ano histórico para o poder local», afirmando que os municípios vão assistir «à maior transferência de verbas que alguma vez ocorreu para o poder local em Portugal».

Por seu lado, o candidato à autarquia, Hermínio Maças (actual presidente de uma das freguesias da cidade), prometeu «uma mudança no modo de agir» com mais planeamento e onde os cidadãos possam colaborar com a sua participação no futuro Fórum Permanente de Reflexão que será criado caso venha a vencer as eleições de 16 de Dezembro.

As listas do PS aos órgãos autárquicos locais contam com 80 por cento de independentes.

CAXIAS

Apresentação dos candidatos PS

O restaurante «Mónaco» foi palco no dia 16 de um jantar de apresentação dos candidatos do PS à Assembleia de Freguesia de Caxias.

A lista do PS integra camaradas profundos conhecedores da realidade da Freguesia nas mais diversas áreas, que elaboraram um programa capaz de dar resposta aos principais anseios da população.

TORONTO

Jantar-convívio

A Secção de Toronto do Partido Socialista organiza amanhã, dia 23, um jantar-convívio, que terá lugar no restaurante «New Casa Abri».

Esta confraternização tem como objectivo a análise e discussão de temas da actualidade política local.

VIANA DO CASTELO

Apresentação dos cabeças-de-lista

O dirigente nacional do PS Fausto Correia defendeu no dia 17 a necessidade de haver transparência nas despesas da campanha eleitoral e criticou as campanhas megalómanas, pelo barulho e pelo «excessivo» dinheiro que envolvem.

«Importa que as despesas de campanha sejam o mais transparentes possível, para que se saiba de onde vem o dinheiro e como se gasta, em contraponto com algumas campanhas megalómanas, perfeitamente desenquadradas pelo barulho e pelo excesso de dinheiro, que devem ser denunciadas», disse.

O camarada Fausto Correia, que falava no dia 17, em Viana do Castelo, na sessão de apresentação dos cabeças-de-lista às câmaras municipais do distrito, referiu que «há uma marca clara» em todo o País de governação autárquica do PS, «assente em critérios de honradez, competência e seriedade».

«Essa marca é correspondente à que o Partido Socialista, ao fim de seis anos de Governo, tem deixado na cena política nacional», acrescentou aquele membro da Comissão Permanente do PS, apontando como exemplos o actual sistema de reformas e pensões, «mais justo e mais solidário», e o ataque «cada vez mais consistente» às assimetrias regionais.

Fausto Correia falou ainda na «vitória» do Governo na negociação das verbas do III Quadro Comunitário de Apoio, na entrada de Portugal no euro, na «revolução» nas áreas da ciência e da tecnologia, e na execução progressiva do Plano Rodoviário Nacional 2000.

No distrito de Viana do Castelo, o PS repete as apostas em Defensor Moura (Viana do Castelo), Rui Solheiro (Melgaço), José Manuel Carpinteira (Vila Nova de Cerveira), António Pereira Júnior (Paredes de Coura) e José Emilio Moreira (Monção), todos actualmente presidentes de Câmara. O PS detém ainda as câmaras de Valença e de Caminha, mas nestes concelhos os actuais autarcas declinaram os convites para se recandidatarem, o que levou o partido a escolher José Luis Serra e Jorge Fão, respectivamente.

Em Ponte de Lima, a aposta recaiu em Agostinho de Freitas, enquanto o nosso candidato a presidente da autarquia de Ponte da Barca é Vassalo Abreu, e em Arcos de Valdevez caberá a Rómulo de Sousa defender as cores do PS.

E foi precisamente Rómulo de Sousa que na sessão teve a intervenção mais contundente, não poupando o actual presidente da Câmara, do PSD, Francisco Araújo, a quem acusou de ter instalado no concelho um clima de despotismo, de autoritarismo, e de prepotência assente no compadrio.

AMPLO DEBATE SOBRE AS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Realizou-se na sala Charles Hernu, em Clichy, com a presença de 70 delegados vindos de diversas regiões de França e de várias dezenas de convidados, o Congresso Federal da Federação do PS/França, onde as três moções apresentadas proporcionaram um amplo debate sobre a problemática das comunidades portuguesas e também sobre a estratégia da Federação no sentido do reforço e desenvolvimento do seu trabalho político em França.

Destaque para a presença de uma delegação dirigida pelo «maire» de Clichy, Gilles Catoire, que saudou o Congresso e exprimiu, em nome da municipalidade, o seu contentamento em receber o Congresso dos seus camaradas socialistas portugueses.

Depois das eleições estatutárias para os órgãos dirigentes da Federação, intervieram o presidente eleito da Federação, Manuel Almeida, o deputado eleito pela circulo da Europa Carlos Luis, o «maire» de Clichy, Gilles Catoire, o presidente do CCP, José Machado, e o ministro Adjunto do Equipamento, Rui Cunha.

A reunião magana da Federação do PS/França considerou ser prioritário dar respostas às justas reivindicações dos emigrantes, ex-militares, para que contem para a Reforma os seus tempos de tropa e apelou aos delegados para que redobrem esforços no sentido da mobilização dos portugueses para a sua inscrição nos Cadernos Eleitorais Consulares e nas Listas Complementares Eleitorais para as autarquias francesas.

O Congresso regozijou-se ainda pela eleição de numerosos portugueses para as autarquias francesas e augura a revisão urgente da legislação francesa que impede esses compatriotas de exercerem os cargos de adjuntos e de presidentes de câmara.

No final dos trabalhos foi feito o anúncio da criação da Secção do PS português des Hauts de Seine.

Na sua intervenção, o presidente da Federação, Manuel Almeida, referiu que «a integração do ensino da língua e cultura



portuguesas no ensino oficial francês é um factor importante para a perenidade e a valorização da língua portuguesa em terras de França», acrescentando, no entanto, «que esta integração deve ser acompanhada de uma negociação séria e rigorosa, não somente entre as entidades governamentais dos dois países, mas igualmente acompanhada de uma vigilância activa e participada do conselho das comunidades portuguesas e de todos os actores competentes com experiência desta matéria no terreno, em particular o movimento associativo».

Liceu Português em Paris

Manuel Almeida considerou também fundamental «que a breve prazo se abram oportunidades aos milhares de jovens licenciados de origem portuguesa mais aptos para leccionar nas sociedades de acolhimento, evitando desta maneira o desperdício de

energias de muitas boas vontades vindas de Portugal, muitas vezes inadaptadas e pouco operacionais num contexto pedagogico que desconhecem».

Segundo o líder da Federação, a criação de um liceu português na região de Paris poderá ser igualmente não «a panacea para todos os males», como referiu recentemente o presidente do Conselho das Comunidades, mas sobretudo permitiria «dar uma maior visibilidade e um prestígio acrescido de que a nossa língua tanto necessita no estrangeiro». No que respeita ao Conselho das Comunidades, afirmou: «Apoiamos as decisões tomadas ultimamente referentes ao adiamento das eleições para o Conselho das Comunidades, parecendo-nos uma medida corajosa e de uma grande sensatez, indispensável para a credibilização e democratização deste órgão tão maltratado até a nomeação do actual secretário de Estado das Comunidades Portuguesas».

Nesta fase, adiantou, «apoiamos uma revisão urgente da lei 48/96 que instituiu o CCP».

Manuel Almeida disse que actualmente «uma grande parte dos postos consulares não estão preparados para responder às actuais necessidades das comunidades, "segundo os critérios do novo regulamento consular", muito em particular nos aspectos social, jurídico cultural e económico».

Assim, num contexto de envelhecimento acelerado da comunidade portuguesa, considerou ser «necessário criar serviços jurídicos, sociais e económicos em todos os postos, bem como definir uma política cultural vocacionada para as comunidades tendo em conta as realidades onde se encontram inseridas».

Relativamente ao movimento associativo, referiu que «as características ainda actuais de uma maioria dos portugueses de França são profundamente marcadas pela origem social rural. A grande maioria das actividades associativas têm ainda a marca dos campos portugueses, esse apego dos portugueses à sua terra natal, levou-os a esquecer de actuar na sociedade francesa, no sentido pratico do exercicio da cidadania e de recriar os meios proporcionando uma verdadeira integração, daqui as dificuldades constatadas em procurar fontes de financiamento para as suas actividades junto dos organismos franceses, apelando só para os organismos do Estado Português».

Assim, afirmou que «a renovação dos dirigentes associativos é cada vez mais difícil e uma nova prática associativa exige que os novos dirigentes tenham uma nova formação cultural, cívica e gestonaria».

Nesta formação, Manuel Almeida defendeu que «o Estado português deve assumir as suas responsabilidades e permitir o acesso a estágios de formação para animadores culturais».

«O movimento associativo pode e deve ser um instrumento fundamental para uma imagem mais valorizante da cultura portuguesa no estrangeiro, complementando o dever das instituições estatais vocacionadas para essa temática», acrescentou.

O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTEs CONTAS:

Nova Rede - Conta n.º 00237931010 - NIB 00330000023793101005
CGD - Conta n.º 0121001364130 - NIB 003501210000136413097
BES - Conta n.º 023654960002 - NIB 000700230065496000278



DROGA

CAT

MAIS DE 310 MIL CONSULTAS A TOXICODPENDENTES EM 2000

As unidades do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodpendência (SPTT) prestaram mais de 310 mil atendimentos em 2000, dos quais 9559 foram novas consultas, representando um acréscimo de 7,6 por cento relativamente ao ano anterior. São números impressionantes e reveladores da prioridade dada pelo Governo ao combate à toxicodpendência, na vertente de tratamento e recuperação, nomeadamente porque os Executivos de António Guterres partiram há cerca de seis anos do zero absoluto nesta área.

Estes números constam do Relatório de Actividades de 2000 do SPTT, que coordena o tratamento na área da toxicodpendência, e referem-se ao movimento realizado em 43 Centros de Atendimento a Toxicodpendentes (CAT), sete extensões aos CAT, 13 locais de consulta, cinco Unidades de Desabilitação (46 camas), duas Comunidades Terapêuticas (34 camas) e quatro Centros de Dia (50 lugares). De acordo com os dados agora divulgados, do total de 310.044 atendimentos, 9559 foram novas consultas e 300.485 seguimentos, tendo estado em tratamento nos CAT 29.204 toxicodpendentes durante o ano de 2000.



A Direcção Regional do Norte do SPTT foi a que deu mais consultas (110.372), seguida de Lisboa e Vale do Tejo (102.313), Centro (54.592), Algarve (28.400) e Alentejo (14.367). A nível nacional, as consultas de seguimento aumentaram 8,1 por cento no ano passado,

de 278.047 para 310.044, e as primeiras consultas diminuíram 4,3 por cento, de 9991 para 9559.

No entanto, em termos globais o número total de consultas aumentou 7,6 por cento relativamente a 1999.

Por região, o aumento mais significativo do total de consultas registou-se em Lisboa e Vale do Tejo, com 16 por cento, seguindo-se o Norte e o Centro, com 4,5 e 4,3 por cento respectivamente, e o Algarve, com 1,4 por cento. O Alentejo registou uma diminuição de um por cento no número de consultas tanto ao nível das primeiras como nos seguimentos.

Em 2000 foram atendidos nos CAT do SPTT 29.204 utentes activos, o que representa um aumento de 5,2 por cento relativamente a 1999 em todas as direcções regionais.

A maioria dos utentes são do sexo masculino (83,7 por cento contra 16,3 por cento de mulheres) e 53,4 por cento têm idades entre os 25 e os 34 anos.

Na caracterização face aos consumos, à pergunta: «Nos últimos 30 dias que drogas consumiu?», 75,1 por cento dos toxicodpendentes afirmaram ter consumido heroína (83,5 por cento em 1999) e 35,8 por cento injectou-se pelo menos uma vez (45 por cento em 1999). A cocaína foi consumida por 32,8 por cento (42,8 por cento em 1999).

O SPTT esclarece que, destes dados «não pode inferir-se que os 25 por cento de utentes que disseram não ter consumido heroína nos 30 dias anteriores à consulta nunca o tenham feito na vida ou sequer que esta não seja ainda a sua droga principal», acrescentando que «é, aliás convicção dos terapeutas que na maior parte daqueles a heroína continue a ser o problema principal».

QUALIDADE DE VIDA

Rede de cidades médias

DESENVOLVIMENTO HOMOGÉNEO DO PAÍS

A criação de uma rede de cidades médias tem sido uma aposta da governação socialista, visando pôr cobro à atracção demográfica de Lisboa e Porto.

Este desígnio foi, mais uma vez, reafirmado por António Guterres, em Guimarães, na inauguração do Pavilhão Multiusos da cidade.

O Pavilhão Multiusos de Guimarães integra-se num conjunto mais amplo de infra-estruturas desportivas municipais, apelidado de «Cidade Desportiva», que tem já em funcionamento um complexo de piscinas e uma pista de atletismo.

No acto inaugural estiveram presentes os ministros do Desporto e da Reforma Administrativa, José Lello e Alberto Martins, o presidente da Câmara de Guimarães, António Magalhães, e delegações das Câmaras Municipais de Kaiserslautern, na Alemanha, e de Igualada, na Espanha, com que Guimarães tem acordos de geminação.



A obra custou três milhões de contos, em parte financiados por fundos comunitários. Segundo António Guterres, os equipamentos desportivos inaugurados em Guimarães inserem-se numa política de cooperação entre o Governo e as Câmaras Municipais, no sentido de criar estruturas e equipamentos que permitam às pessoas usufruir de qualidade de vida nas cidades médias.

«A aposta em equipamentos desportivos de alta qualidade, como os que fazem parte da "Cidade Desportiva" de Guimarães, são a prova de que o Executivo não está a investir apenas no Campeonato da Europa de Futebol de 2004», disse.

«Temos em curso em Guimarães o projecto de modernização do estádio e dos acessos à cidade para o Euro-2004, mas apoiámos também a construção de equipamentos modelares para que a população tenha acesso ao desporto», afirmou o primeiro-ministro. Segundo António Guterres, a aposta

governamental nas cidades médias passa, também, pela construção de acessibilidades, «tal como sucede – sublinhou – com a rede de auto-estradas que está em construção e que ligará Guimarães a várias zonas do Norte do País, tornando-a num centro de passagem e de comunicações».

O presidente da Câmara local, António Magalhães, disse que «a cidade se sente orgulhosa da nova "Cidade Desportiva"» e enalteceu a colaboração recebida do poder central, quer para a área desportiva quer para as acessibilidades, que, assinalou, «vão trazer uma nova centralidade à cidade em termos de desenvolvimento».

O autarca socialista manifestou-se convicto de que a UNESCO aprovará em Dezembro a candidatura da «cidade-berço» da nacionalidade a Património Mundial, o que – com a participação no Euro-2004 – trará à cidade milhares de visitantes de Portugal e do estrangeiro.

PATRIMÓNIO

Classificação de bens imóveis

MAIS 12 MONUMENTOS E 95 EDIFÍCIOS DE INTERESSE PÚBLICO

O Executivo socialista classificou 12 imóveis como monumentos nacionais e 95 edifícios de como sendo de interesse público, num total de 107 bens imóveis. A decisão foi tomada, no passado dia 8, em reunião de Conselho de Ministro, realizada em Lisboa.

O diploma aprovado pelo Governo contém ainda quatro alterações, uma reclassificação e cinco rectificações e é o culminar de processos administrativos complexos, cuja instrução se encontrava em curso nos serviços do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR).

Dos imóveis agora classificados, 27 são de arquitectura religiosa (igrejas, capelas e conventos); 44 de arquitectura civil residencial (quatro palácios e solares, 34 edifícios e seis quintas); seis de arquitectura de espectáculo (teatros, cinemas e cine-teatros); nove conjuntos arquitectónicos; dez de outras tipologias (elevadores, cruzeiros, fontes, entre outras) e 11 monumentos arqueológicos. Na Região Norte localizam-se 11, na Região Centro 42 na Região de Lisboa e Vale do



Tejo 39, na Região do Alentejo sete, e oito na Região do Algarve.

Assinale-se, de entre os imóveis classificados, os ascensores/elevadores de Lisboa (da Bica, do Lavra, de Santa Justa e o da Glória), o Solar de Água de Peixes, no concelho de Alvito (exemplar notável de arquitectura civil predominantemente manuelina), o Colégio de S. Jerónimo em Coimbra (arquitectura religiosa barroca e civil oitocentista), a Igreja e Convento de Santo António em Aveiro (arquitectura religiosa, tardo-maneirista), a Capela do Paço de Bemposta em Lisboa (residência da rainha D. Catarina de Bragança, viúva de Carlos II, sendo a capela reconstruída, com desenho do arquitecto Caetano de Sousa) e o Palácio

de S. Bento, onde se encontra instalada a Assembleia da República (projecto do arquitecto Ventura Terra, construído sobre o antigo Convento de S. Bento), bem como os cine-teatros Aveirense, em Aveiro, Rosa Damasceno em Santarém, Politeama, em Lisboa, ou o Garcia de Resende, em Évora. As alterações e rectificações dizem respeito a modificações de designação, a melhorias de identificação de bens já anteriormente classificados ou à correcção de erros de impressão de diplomas anteriores.

A reclassificação diz respeito à modificação da categoria de classificação de um dos bens, que foi elevado de «valor concelhio» para a de «imóvel de interesse público». A classificação é um dos instrumentos de

protecção dos bens imóveis que tem como objectivos: premiar imóveis de valor cultural que tenham atingido um grau de estabilização significativo e que se encontrem em boa ou excelente situação de conservação e reconhecer imóveis cujo valor arquitectónico ainda não tenha sido consensualmente reconhecido, quer por serem pouco conhecidos e estudados quer por pertencerem a novas ou menos vulgarizadas tipologias (caso da arquitectura modernista ou do movimento moderno, da arquitectura contemporânea, da arquitectura tradicional ou vernacular, do património industrial, dos cine-teatros, entre outras).

O diploma não inclui qualquer imóvel classificado como de «valor concelhio», face à transferência dessa competência para as autarquias locais, pelo que os respectivos processos foram encaminhados para as respectivas Câmaras Municipais.

Com a publicação do presente diploma ficaram classificados, no continente, 3110 bens imóveis, de entre os quais nove se encontram inscritos na lista do Património Mundial da UNESCO.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Sete dias para

ESPALHAR E EXPERIMENTAR IDEIAS

A ciência que se faz em Portugal, como e onde se faz, está na ordem do dia, até domingo, no certame nacional que visa anualmente mostrar o que de melhor se faz por cá no campo científico e tecnológico.

A Semana da Ciência e da Tecnologia, uma mostra à escala nacional a propósito do conhecimento e da investigação científica, é uma iniciativa da responsabilidade do Ministério da Ciência e da Tecnologia, coordenada pela Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica Ciência Viva. O certame inclui a realização de centenas de acções em todo o País, com destaque para visitas guiadas a laboratórios, consultórios científicos, festivais e ciclos de cinema, colóquios, exposições e oficinas práticas. Envolve laboratórios do Estado, instituições de ensino superior, centros de investigação científica, escolas, hospitais, associações de divulgação científica, museus, bibliotecas e livrarias.

Centros Ciência Viva estarão abertos pela noite dentro, com acesso gratuito e actividades de animação cultural e científica, atraindo o público ao convívio com especialistas convidados.

A Semana da Ciência e da Tecnologia conta com as presenças institucionais do Presidente da República, do primeiro-ministro, do ministro da Ciência e da Tecnologia e do comissário



Semana da Ciência e da Tecnologia
 >19 a 25 de Novembro de 2001

européu para a Investigação, que participam em vários momentos do programa.

Trata-se de uma iniciativa que catalisa, em Novembro, acções demonstrativas do que se faz em Portugal pela competitividade e modernização do País.

A origem deste evento remonta 1996, data em que se decidiu promover um conjunto de iniciativas para homenagear Rómulo de Carvalho, professor e divulgador de ciência, na data do seu aniversário (24 de Novembro). O dia do nascimento deste divulgador de ciência foi mais tarde instituído como o Dia Nacional da Cultura Científica.

Com o passar dos anos, ficou a tradição e todas as semanas de 24 de Novembro passaram a ser dedicadas a eventos de carácter científico.

Uma novidade na edição 2001 são os consultórios científicos na Internet: um grande conjunto de instituições e respectivos cientistas disponibilizam-se para responder a perguntas do público.

Trata-se de perguntar por e-mail, sabendo que do lado de lá um investigador responderá à pergunta, a todas as perguntas que forem feitas, até final da Semana da Ciência e da Tecnologia.

Poderão ser esclarecidas dúvidas em temas que vão da segurança alimentar às doenças mais temidas, como o cancro.

Estão agendados festivais e ciclos de cinema, destacando-se, entre outros, um ciclo de filmes sobre divulgação científica no cinema King (sala 2), em Lisboa.

Ciência em grande plano

Este será um ciclo cinematográfico em que a projecção das películas – como «Inteligência Artificial», de Steven Spielberg – será antecedida de um painel de discussão, com a intervenção do crítico cinematográfico António Cabrita e a participação de um cientista convidado para cada filme, sempre às 18 horas, com entrada gratuita.

As livrarias assinalarão também a semana, propondo montras onde os livros sobre ciência estarão em destaque.

Os centros de Ciência e Museus apresentarão actividades variadas.

No Dia Nacional da Cultura Científica, 24 de Novembro, sábado, os centros de ciência vão estar abertos noite dentro, proporcionando animação e contactos com cientistas.

O Pavilhão do Conhecimento, no Parque das Nações, em Lisboa, vai estar aberto 24 horas, com animação permanente. Os visitantes vão poder apreciar exposições, navegar na Internet, ou disputar jogos de matemática ou xadrez.

Durante toda a semana, qualquer cidadão poderá submeter-se a um exame para obtenção de um diploma sobre competências básicas em tecnologias de informação.

Esta iniciativa constitui o lançamento de um processo que outras entidades prosseguirão posteriormente.

A edição de 2001 vai explorar ainda a comemoração de efemérides da história das ciências, evocando personalidades e divulgando a sua obra.

Para averiguar o que se passa mais próximo no quadro da Semana da Ciência e da Tecnologia estão disponíveis um número azul (telefone) 808 200 205 e o endereço Internet www.ciencia Viva.mct.pt.

CONCLUÍDA TERCEIRA AUTO-ESTRADA

A terceira ligação por auto-estrada entre Portugal e Espanha, que passou a unir Albufeira a Sevilha, ficou concluída, no dia 19, com a inauguração do troço Huelva/Ayamonte.

A cerimónia contou com a participação dos chefes de Governo de Portugal e Espanha, António Guterres e José Maria Aznar, que depois de se encontrarem em Ayamonte percorreram o troço entre a cidade fronteiriça e Cartaya, onde a obra foi inaugurada.

Daí, seguiram para Huelva, onde foi descerrada uma lápide comemorativa do evento.

Na cerimónia, o primeiro-ministro, António Guterres, não deixou de manifestar todo o apoio do Governo e do povo português à futura presidência espanhola da União Europeia, que decorre no primeiro semestre do próximo ano.

«É com grande expectativa e interesse que apoiamos a presidência espanhola», disse Guterres.

Por seu turno, o chefe de Governo espanhol, José Maria Aznar, anunciou para 20 de Dezembro, em Barcelona, a realização de uma nova cimeira luso-espanhola, que tem como único objectivo preparar a presidência europeia de Espanha.

Iniciando o seu discurso em «portunhol» – como fez questão de referir – Guterres manifestou a Aznar a gratidão e apoio pelo facto de o Governo de Espanha ter entendido a importância que a Rede Ibérica



de Auto-Estradas tem para ambos os países.

Sobre esse assunto, Aznar recordou que quando em 1996 ambos chegaram ao Governo (Aznar e Guterres), não existia qualquer comunicação por auto-estrada entre os dois países e que actualmente há três e mais três em perspectiva.

Além da sua importância económica, ambos os governantes sublinharam que a Rede Ibérica de Auto-Estradas «é o exemplo claro da cooperação entre os Executivos de Portugal e Espanha».

Outros exemplos apontados dessa cooperação foram a resolução e dos problemas hídricos e a recente abertura do

mercado ibérico da energia.

Destaque-se ainda que o troço de auto-estrada inaugurado segunda-feira pelos dois chefes de Governo, na extensão de 55,3 quilómetros entre Ayamonte e Huelva, teve um custo superior a 30 milhões de contos.

Com esta inauguração ficou completa a ligação por auto-estrada entre Albufeira e Sevilha, através da ponte internacional do Guadiana, em Vila Real de Santo António, inaugurada em Agosto de 1991.

Do lado português, a construção da Via do Infante, desde a ponte até Albufeira, ficou concluída em Julho de 1993, prevendo-se que o troço até Lagos fique concluído logo no primeiro trimestre de 2003.

Já no próximo Verão, será finalmente aberta ao público, em toda a sua extensão a A2, faltando apenas construir o troço Castro Verde/Via do Infante.

Falta agora a ligação a Lagos, prevista para o primeiro trimestre de 2003, conforme consta do contrato de concessão da SCUT (sem pagamento de portagens pelos utilizadores) assinado com o concessionário.

No Verão de 2002, ficará concluída a A2, cuja construção decorre entre Castro Verde e a Via do Infante.

Recorde-se que a primeira auto-estrada entre os dois países ibéricos, de Valença a Tui, foi inaugurada em Maio de 1998 e a segunda, de Elvas a Badajoz, em 1999, todas já durante a governação socialista.

PROMULGAÇÃO DA LPM

Sampaio afirmou

MARCELO E DURÃO ULTRAPASSAM LIMITES DEMOCRÁTICOS

O Presidente da República considerou que, na recente polémica em torno da Lei de Programação Militar (LPM), os «limites e as regras da democracia foram transpostos» por Marcelo Rebelo de Sousa e Durão Barroso.

As declarações de Jorge Sampaio foram proferidas, no dia 20, em entrevista conjunta à Antena Um, Rádio Renascença e TSF.

«Todos temos que ter regras fundamentais, porque o povo olha para a forma como os políticos se relacionam entre si», afirmou Sampaio, referindo-se às recentes declarações de Barroso e Rebelo de Sousa e frisando que qualquer que seja a diferença de opiniões «há limites que não devem ser ultrapassados».

O chefe de Estado defendeu ainda que todas estas controvérsias têm que ser resolvidas pelas formas normais, Assembleia da República (AR) e Tribunal Constitucional. Quanto às críticas de que tem sido alvo por

parte de Marcelo Rebelo de Sousa e do líder do PSD, Durão Barroso, devido à promulgação da Lei de Programação Militar, Jorge Sampaio considera que os dois políticos ultra-passaram as regras do debate democrático relativamente ao Presidente da República.

Na entrevista, o Jorge Sampaio garantiu que se não tivesse existido uma garantia unânime dos deputados em como o diploma foi aprovado com 116 votos, nunca teria promulgado a LPM.

Recorde-se que a polémica surgiu depois da constatação de que no hemiciclo não estava o mesmo número de deputados que aparecia na acta da votação, uma situação acordada pelos deputados e que, para alguns, é comum há vários anos na AR, enquanto para outros, ela não se aplica em casos em que a Constituição obriga a uma votação por maioria qualificada.

JUVENTUDE

Festival Internacional

MILHARES DE JOVENS DE 35 NACIONALIDADES EM FESTA NA INVICTA

Mais de três mil jovens oriundos de 35 países participaram, de 15 a 18 do corrente mês, no Festival Internacional de Juventudes, que pela primeira vez teve lugar no nosso país.

Vitor Mendes, presidente da Federação Nacional das Associações Juvenis (FNAJ), entidade que organizou o evento, fez um balanço muito positivo do acontecimento, tendo salientado a assinatura de um protocolo entre a FNAJ e o Fórum da Juventude da CPLP. Para Vitor Mendes, o objectivo é realizar o evento bianualmente, incluindo os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. «Um dos factores mais relevantes e que foi sentido por muitos jovens foi a não existência de uma política de cooperação na área da juventude no seio da CPLP», frisou, explicando de seguida que está prevista a criação de uma agência de juventude para desenvolver intercâmbios de jovens e associações juvenis, bem como acções de formação e informação».



O voluntariado e o associativismo foram assim os temas mais em destaque no Festival Internacional de Juventudes, tendo estado presentes associações juvenis de todo o País, das mais variadas áreas: pintura, música, folclore, coleccionismo, desporto, teatro, entre outros.

«Mostramos tudo o que de bem se faz no associativismo e voluntariado em Portugal e concluímos que este será o primeiro de muitos outros festivais», referiu o responsável da FNAJ.



Abrantes

Outeiro de S. Pedro requalificado

A zona de Outeiro de S. Pedro, em Abrantes, que se encontrava em estado de abandono, acaba de ser alvo de uma intervenção de qualificação.



A Câmara Municipal de Abrantes reabilitou o espaço envolvente ao Outeiro, realizando trabalhos de limpeza, instalação de sistema de rega automática e arrelvamento.

Com esta intervenção, a autarquia criou condições para este ser mais um dos espaços que os abrantinos e visitantes podem escolher para passar bons momentos de lazer.

Cascais

Inauguração do Parque do Junqueiro

O Parque do Junqueiro, na Freguesia da Parede, foi inaugurado no passado dia 11.



A Câmara Municipal de Cascais em colaboração com o Hospital José Almeida, a Junta de Freguesia da Parede e o Corpo Nacional de Escuteiros - Agrupamento 71 procederam à recuperação do pinhal do Junqueiro e criaram mais um espaço de qualidade para o lazer e convívio no concelho de Cascais: o Parque do Junqueiro.

Os trabalhos de recuperação permitiram criar no Parque do Junqueiro um espaço verde público, com uma área de dois hectares onde serão instalados equipamentos que servem a população de todas as idades.

Fafe

Câmara acorda aquisição de cine-teatro

É mais uma ótima notícia para a cultura no

concelho de Fafe. A Câmara já chegou a acordo com o proprietário do cine-teatro local para a aquisição do histórico imóvel.



«Foi um processo extremamente complicado, que exigiu muita paciência nos últimos meses, mas o que interessa é anunciar que chegámos a acordo com o proprietário e que muito em breve o edifício passará para as mãos da Câmara», afirmou o presidente do município, José Ribeiro.

Lisboa

Novo «site» na Internet

<http://ulisses.com-lisboa.pt> é o novo «site» que a Câmara Municipal de Lisboa disponibiliza na Internet, com informações tão diversas como mapas da cidade, planos de urbanização previstos para cada zona ou a história do Castelo de São Jorge.

A nova página tem na abertura um mapa do «site» organizado como o desenho de uma linha de metropolitano.

A partir daí basta clicar em cada um dos itens para aceder a mais informações.

Desta forma, e através do item «planeamento urbanístico», é possível ficar a conhecer todos os planos de pormenor já publicados, como o do Alto do Parque Eduardo VII e da zona da Expo, ou os que estão em elaboração, como o da zona ribeirinha oriental.

No caso dos planos em elaboração os cibernautas podem ainda dar sugestões.

Na «Galeria» fica-se a conhecer a história e os planos da autarquia para algumas zonas da cidade, nomeadamente do Chiado, Rossio e Teatro Romano, enquanto no «Centro de informação Urbano de Lisboa» consegue ter-se acesso a todos os serviços disponíveis nesse espaço de informação localizado na Rua do Viriato.

Para saber quais os transportes, serviços públicos ou monumentos existentes em cada zona da cidade, basta clicar em «Lisboa Interactiva».

Já disponível está, porém, o «Lisboa Café», um espaço que, de acordo com a mensagem do administrador do sistema, pretende ser «um espaço de debate e sugestões».

No «Banco de Dados» podem encontrar-se informações sobre dados cartográficos, um banco de imagem ou dados alfanuméricos.

Por último, através do «Balcão de Atendimento» consegue aceder-se a vários formulários, como para o licenciamento de obras.

Disponíveis «on-line» estão também todos os boletins de «Lisboa Urbanismo», publicados desde 1998.

Loulé

Feira da Serra

A Feira da Serra de Loulé, edição de 2001, vai realizar-se nos próximos dias 7, 8 e 9 de Dezembro, no pavilhão do NERA, na zona industrial.



Este evento, organizado mais uma vez pela Câmara Municipal de Loulé, contará com a participação de mais de uma centena de produtores e artesãos das freguesias do território LEADER da serra do Caldeirão, bem como de convidados que poderão incluir artesãos, produtores ou entidades de particular interesse para o enriquecimento da Feira.

Como sempre estará ao dispor do público um conjunto bastante diversificado de produtos e matérias-primas tradicionais e produtos biológicos.

A Feira contará ainda com um programa de animação, bem como um espaço lúdico-infantil e um típico espaço gastronómico.

Ovar

Construção de seis passagens desniveladas

No passado dia 20, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, o Executivo da Câmara Municipal de Ovar e o conselho de administração da Refer assinaram um protocolo tendo em vista a supressão e reconversão de passagens de nível da Linha Norte, no troço do concelho de Ovar, bem como a construção de seis passagens desniveladas sobre a linha do caminho-de-ferro.

Segundo Armando França, presidente da autarquia, «trata-se de uma obra de vital importância para o desenvolvimento das acessibilidades e para o crescimento económico e social do concelho».

Montijo

III Encontro de Água e Saneamento do Município

Realiza-se hoje, dia 22 de Novembro, no Auditório da Assembleia Municipal no edifício da Galeria Municipal, o III Encontro de Água e Saneamento do Município de Montijo.

A iniciativa contará com a participação de representantes de Serviços da Adminis-

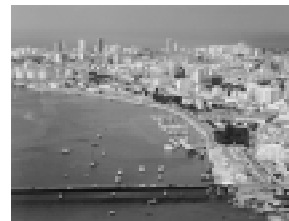
tração Pública Central, Local e de entidades privadas.

Neste encontro serão vários temas, tais como «Sistemas de Abastecimento de Água e de Rejeição de Efluentes no Concelho do Montijo»; «Criação de Sistemas Multimunicipais»; «Os recursos humanos como factor de modernização» e «Qualidade nos SMAS do Montijo: passado, presente e futuro».

Portimão

Autarquia promove ocupação dos idosos

No âmbito da sua política de prioridade às pessoas, e em especial a população idosa mais vulnerável, o município de Portimão tem vindo a desenvolver desde há vários anos um trabalho de animação junto das instituições de acolhimento da população idosa numa proposta de apoio no enquadramento dos tempos livres deste estrato da população.



Entre outras acções já realizadas, de salientar as festas de comemoração do Natal nas IPSS, a festa do Dia do Idoso e a ainda a publicação do Guia do Idoso.

Sintra

Plano municipal de prevenção primária da toxicod dependência

A Câmara Municipal de Sintra e o Instituto Português da Droga e da Toxicod dependência celebraram no dia 16, na Sala da Nau do Palácio de Valenças, o Protocolo do Plano Municipal de Prevenção.



A assinatura deste protocolo surge na sequência do trabalho que a autarquia tem vindo a desenvolver no âmbito da implementação do Plano Municipal de Prevenção de Sintra, que agora se institui.

POLÍTICA

Jorge Coelho

OS RICOS E OS POBRES



O primeiro-ministro britânico tem todo o direito de convidar quem muito bem entender para um jantar em Londres.

Tony Blair pode fazer diplomacia por vários países e ter como principal interlocutor os EUA.

O Governo de Londres pode conjugar as suas iniciativas militares com Washington e escolher parcerias com outras «potências» europeias.

Todas estas acções são legítimas, só que, podem provocar «danos colaterais» na construção da União Europeia.

O projecto da UE, que dentro de menos de dois meses dá mais um passo importante a nível económico com a introdução do euro, pode arrastar-se a nível político.

O que se passou com os atentados de 11 de Setembro nos EUA foi uma oportunidade falhada para a União Europeia se afirmar a nível mundial.

Não houve qualquer coordenação. A Comissão não tomou qualquer iniciativa e os chefes de Estado e de Governo não tomaram uma posição conjunta logo a seguir aos atentados.

Na prática, as instituições europeias não tiveram capacidade de resposta perante um problema – e um desafio – tão grave. Perante a ausência de uma posição conjunta, a iniciativa foi tomada por *motu proprio*.

Esta situação agravou a falência da União Europeia como entidade política, acentuou a falta de coesão interna e fez arrastar o espaço europeu atrás dos interesses dos EUA. Aliás, um dos pontos fortes da UE em todo este processo é que podia servir de interlocutor junto de muitos países árabes,



onde existe uma forte opinião pública contra a política norte-americana para o Médio-Oriente. Nem este capital foi aproveitado. Foi um vazio político quase absoluto.

Mais, muitos chefes de governo e de Estado ainda não perceberam que já não há «potências» europeias. A grande capacidade de afirmação é a União Europeia como um todo. A potência que pode participar activamente na gestão de conflitos e interesses mundiais é a União Europeia. Não é um país isoladamente.

O resultado do que se passou com este processo é, agora, depois da ocupação de Cabul pela Aliança do Norte, Tony Blair e outros chefes de Governo apelarem à presença «o mais depressa possível» da ONU no Afeganistão. Ou seja, tomam as

decisões individualmente e depois, para a resolução dos problemas, remetem para a comunidade internacional.

Mais, os atentados de 11 de Setembro e as descobertas de redes de terrorismo em muitos países, revelam que estas questões só são resolvidas se tiverem um empenhamento o mais alargado possível. Tony Blair e outros chefes de governo europeus não podem esquecer que, por exemplo, Portugal e Espanha têm relações estreitas com alguns países do Magreb onde o fundamentalismo islâmico é um problema premente.

Este problema é ainda mais grave quando se fala no alargamento da União Europeia com mais países em 2004 e as fronteiras se alargam para Leste.

Perante o que se passou, é necessário dar passos sólidos para inverter esta situação. Estivessem todas as instituições a fazer o que o comissário António Vitorino faz na área da Justiça e Assuntos Internos e a situação seria com certeza outra.

É, pois, necessário encontrar mecanismos que evitem a criação e a manutenção de «directórios» dos países «ricos». Têm de se institucionalizar órgãos e práticas que permitam uma rápida capacidade de resposta e o envolvimento de todos os países membros. Tem de se equacionar uma solução que caminhe para o federalismo. A União Europeia não pode estar «sem governo».

A iniciativa do nosso primeiro-ministro de, em primeiro lugar, contestar o «jantar dos ricos» em Londres a convite de Blair e, depois ir à luta, concretizando várias reuniões, em Londres, Bruxelas e Viena, onde com certeza irá defender os princípios do projecto europeu, podem ser um contributo para ultrapassar esta situação.

Uma última referência: quando os vários partidos políticos portugueses salientam a falta de coesão entre os países membros da União Europeia e a luta por um maior protagonismo de alguns chefes de Governo, devem fazer igual reflexão sobre a necessidade de haver um amplo consenso nacional sobre o que desejamos para o futuro da Europa, independentemente de interesses conjunturais e partidários.

A Europa, como está à vista de todos, precisa de consolidar o seu projecto político, mas precisa, acima de tudo, de encontrar no seu seio estadistas que consigam levá-lo em frente, de forma sustentada e coerente e não à custa de vazios ou omissões.

ÚLTIMA COLUNA

Joel Hasse Ferreira

UM ACORDO SOCIAL SUSTENTÁVEL



O acordo alcançado por Paulo Pedroso, ministro do Trabalho e da Solidariedade, com os parceiros sociais, não só merece o nosso elogio como a nossa atenção. Depois da medida séria e emblemática de um programa socialista que foi o Rendimento Mínimo Garantido, na sequência das fortíssimas medidas de protecção e inserção social desencadeadas pela equipa de Ferro Rodrigues, avançou a Lei de Bases da Segurança Social, que o Parlamento nacional em boa hora aprovou.

Impunha-se a regulamentação dessa lei, negociada aprofundadamente com os parceiros sociais, utilizando cenários realistas de evolução futura da Segurança Social e a adopção de medidas concretas nesse domínio que viabilizassem os objectivos pretendidos, conjugando a sustentabilidade da segurança social num horizonte de várias décadas, estudando



processos de a prolongar até finais do século, privilegiando os futuros pensionistas mais desfavorecidos e estabelecendo regras mais equitativas de atribuição das pensões, com um adequado sistema de transição.

Disposto do acordo obtido, de tal alcance que a direita política terá, um dia, alguma dificuldade em o pôr em causa, continuando o Governo da República a cumprir rigorosamente os montantes estabelecidos para as transferências, concretiza-se no presente uma política social solidária e abre-se o caminho para um futuro socialmente garantido para as gerações que hoje trabalham. Neste contexto, percebe-se bem a necessidade de gerir o melhor possível os fundos que possam garantir o funcionamento do sistema, especialmente no longo prazo. As razões porque a CIP não assinou o acordo referente às pensões foram claramente criticadas por dirigentes sindicais e nomeadamente com bastante precisão

por João Proença. Os motivos porque a CGTP não assinou o documento relativo ao plafonamento radicam essencialmente numa opção político-ideológica da respectiva cúpula. Em qualquer dos casos, o acordo sobre as pensões e o documento sobre o plafonamento dispõem de bases sociais de apoio fortíssimas e são indiscutivelmente relevantes.

A demarcação clara de um projecto socialista democrático face ao conservantismo esclerosado de uma parte da direita político-partidária tem vindo a ser feita nomeadamente no plano parlamentar, no plano governamental e no plano autárquico. Na área social, no plano governamental, consolidando um diálogo efectivo com resultados, concretizado com os parceiros que querem e podem, em cada circunstância, participar num caminho de progresso social negociado, com o mais alargado horizonte possível.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Viveres africanos em Albufeira

O projecto «Mostra África» decorre amanhã e no sábado, no Auditório Municipal, às 21 e 30 ou pelas 22 horas. Trata-se de um conjunto de actividades de índole cultural (música, teatro e dança) dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. O Estádio Municipal acolhe, no domingo, dia 25, a partir das 15 horas, o jogo de futebol entre o Imortal e o Estoril.

Cantores em Coimbra

«Paisagens de um olhar» é o título da obra de Helena Maria Oliveira que será apresentada ao público por Nair de Nazaré Castro Soares, no dia 24, pelas 15 e 30, na sala polivalente da Casa da Cultura. Segue-se a actuação do Coro dos Pequenos Cantores de Coimbra, sob a direcção do maestro José Firmino. A Companhia de Teatro Fatias de Cá realiza, também no sábado, a última representação desta temporada da peça «Ligações Perigosas», pelas 19 horas, no Mosteiro de São Jorge de Miréus. A exposição de pintura e escultura de Carlos Moço e Parracho Alves está patente ao público, até à próxima quinta-feira, dia 29, no Instituto da Juventude.

Concertos pedagógicos em Guimarães

No âmbito do Guimarães Jazz 2001, o auditório da Universidade do Minho acolhe, hoje, às 22 horas, o concerto de Bik Bent Braam. «Sem Saída» é a película que poderá ver no Cinema São Mamede, a partir de amanhã e até ao dia 29. No domingo, não deixe de levar miúdos e graúdos à exibição do filme «Shrek», pelas 21 e 45, no auditório da Universidade do Minho. A Orquestra do Norte actuará, no mesmo local, nos dias 26 e 27, às 9 e 30, 10 e 30, 14 e 30 e 15 e 30, no âmbito da iniciativa «Concertos Pedagógicos».

Música em Lisboa

«Sem Saída», de Frank Oz; «O Quarto do Filho», de Nanni Moretti; «Os Sobreviventes», de Stephen Williams; «O Fantasma de Marte», de John Carpenter; «Est – Ouest», de Régis Wargnier; e «Primeiro Acto», de Gregory Mosher são as películas em estreia amanhã, nas salas de espectáculos da capital. As obras de Scriabin e Stravinski serão recriadas, amanhã (21 horas) e no sábado (17 horas), pelo pianista Vardan Mamikonian, sob a direcção musical de Djangug Kakhidze, no Teatro Nacional de São Carlos. Esta quarta-feira, dia 28, na Casa da América Latina, a partir das 21 e 30, assista a um recital de música clássica.

Feira na Lousã

A Feira do Idoso decorre a partir de amanhã e até domingo, dia 25, no auditório da Biblioteca Municipal com actividades várias para entreter os mais graúdos entre as 14 e as 23 horas. Também amanhã, assista à exibição, no Cine-Teatro, pelas 21 e 30, do filme «Velocidade Furiosa». Até ao dia 9 de Dezembro poderá desfrutar da mostra de caricatura «Humor no Feminino», patente na sala alternativa do Museu Municipal.

Pintura no Montijo

A exposição de pintura «À Volta da Quinta», a autoria de Henrique do Vale, espera pela sua visita, até ao final de Dezembro, na sala de exposições do Centro Cultural. A mostra encontra-se patente de terça-feira a domingo, entre as 14 e as 18 horas. Aos sábados e domingos, a exposição poderá ser apreciada das 21 às 23 horas. A autarquia local promove o lançamento do livro «Cinema Teatro Joaquim de Almeida – Montijo e o Cinema», da autoria de José Matos-Cruz, na quarta-feira, dia 28, às 18 horas, no salão nobre dos Paços do Concelho.

Escultura em Santo Tirso

Hoje, às 11 horas, assista à apresentação da obra «Santo Tirso 2002 +», no salão

nobre da edilidade. No Museu Municipal Abade Pedrosa, é inaugurada hoje, às 19 e 30, a exposição retrospectiva da vida e obra do pintor tirsense Mário Ribeiro. A mostra, que se insere no programa de acções comemorativas do 40º aniversário do Ginásio Clube, vai estar patente até 16 de Dezembro. Um dia depois, no mesmo local, realiza-se, pelas 11 horas, a cerimónia de encerramento do VI Simpósio Internacional de Escultura Contemporânea.

Brinquedos em Sintra

A «Expo Carocha», uma mostra da colecção de carochas do colecionador e fotógrafo português Raul Empis Constâncio, está aberta ao público até ao dia 1 de Dezembro, durante o horário de funcionamento do Museu do Brinquedo, entre as 10 e as 18 horas.

Torneio em Vila Real de Santo António

Realiza-se amanhã, às 22 horas, no Centro Cultural António Aleixo, um recital de guitarra clássica, com Eurico Pereira. O Torneio Masters (fase final) do circuito Satélite Algarve 2001, a contar para o ranking ATP de ténis, joga-se até ao dia 25, com o patrocínio da Câmara Municipal. Na quarta-feira, dia 28, às 15 horas, haverá espectáculo no Centro Cultural, com a Companhia ETC a interpretar uma peça de teatro inglesa.

SUGESTÃO

HANDY#23

«Handy#23», com Sílvia Real e Sérgio Pelágio, é o segundo capítulo de uma trilogia de solos à volta da lógica do espaço, que começou em 1997 com a sra. Domicíllia e o seu Casio Tone. Desta vez, foi feita uma peça a partir daquilo que estava mais à mão: textos, objectos, músicas, ideias e todo o tipo de materiais que ficaram de lado em peças de dança anteriores e que se foram acumulando em prateleiras (Handy: marca de estantes de prateleiras de fácil montagem). O resultado foi um trabalho sobre a construção de um espectáculo – Handy#23 – fraccionado em vários takes, como se se estivesse a assistir à rodagem de um filme cujo título provável seria «Os erros do método», como os próprios dançarinos referiram. «Handy#23» estará no pequeno auditório do Centro Cultural de Belém nos dias 26 a 28 de Novembro, sempre a partir das 21 e 30.

POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

A revolta da árvore

O hábito quente devora as pedras.
Uma água triste morre no silêncio
que as portas uma a uma definitivamente
fecham.
Perfilaram-se as casas ao longo dos meus
braços,
voltadas para mim. Agarro a voz dos
pássaros.
As paredes derrubam-se. Derrubam-me?
Pelas paredes ardo. E passo, contra elas.
São paredes de sangue. Levantadas
no sangue.
Desafio o ar. As mãos existem.
O mãos, teares de pedra para a cabeleira
do sol.

Um punho abate-se na sombra.
Alguém rasgou as veias. Vejo-as.
Ouço-as gritar,
vermelhas, desertas. O muro canta.
Os nervos cantam. É a revolta
da árvore. Nenhuma dor resiste
aos meus dentes que cantam. Ninguém
sofre
estas palavras. Já ganhámos a voz.
É o coro do sangue. Um fogo hirto
assinala as portas. Este rumor na face
existe. É o hino das folhas. A luz do sol
no rosto.

Joaquim Pessoa
In «Um Mundo no Coração»,
antologia organizada
por Jean Paul Mestas, ed. Univ. ed.

MULTIPLICIDADES

Orquestra Ligeira Juvenil da Marinha Grande

24 de Novembro
22 horas

Centro Cultural António Aleixo
Vila Real de Santo António

VISTO DA EUROPA

Manuel dos Santos



A ESTRATÉGIA DA ARANHA

Não vou pronunciar-me sobre a «qualidade» do serviço prestado à democracia portuguesa pelo professor Marcelo Rebelo de Sousa. A resposta da Assembleia da República, preparada pela Conferência de Líderes (onde, já agora, se reúnem deputados com desigual repartição de votos) veiculada através do respectivo Presidente – Almeida Santos – é esclarecedora e inequívoca. A minha perspectiva, na análise deste caso, é, contudo, um pouco diferente. Mais cedo ou mais tarde isto tinha de acontecer. Só quem anda completamente distraído pode pensar que o professor desistiu do sonho de ser de novo líder do PSD e, por consequência, candidato, com hipóteses, à chefia do Governo. O retiro político do professor tem sido verdadeiramente impressionante e, reconhecamos, foi inteligentemente programado. Durante a sua liderança partidária, Marcelo Rebelo de Sousa percebeu que dificilmente teria êxito, pois o estado de graça dos socialistas na opinião pública estava ainda em fase crescente. Por outro lado, algumas asneiras, decorrentes da sua conhecida incontrolada propensão para o abismo e de alguma infantildade (recorde-se o conflito aberto com os grupos económicos), tornavam, naquele momento, extremamente limitadas as suas possibilidades de êxito. Era, pois, importante sair temporariamente da política activa e necessário arranjar uma saída aparentemente digna. Tal ocorreu, com naturalidade no Congresso do partido na sequência da votação das moções e da sua exigência (nunca esclarecida

porque irracional) de um determinado patamar de apoio para prosseguir na liderança. Até aqui tudo bem. Restava abrir o caminho a um candidato fraco, com escassas probabilidades de se afirmar enquanto líder partidário. É, assim que, pela mão de Marcelo, Durão Barroso assume a liderança do PSD. Completada a 1ª fase desta operação tinha o professor de encontrar um espaço onde pudesse continuar a fazer política, aparentemente de forma independente mas na realidade com o objectivo de influenciar, de intrigar e enfraquecer a liderança do seu partido. Há sempre em Portugal uma televisão com a secreta esperança de transformar um sabonete em Presidente da República e, por isso, não foi difícil ao professor encontrar um palco. Depois foi uma questão de deixar escoar o tempo. As crónicas televisivas do reclamado analista nos últimos dois anos constituem um modelo impressionante de perversidade política. Conforme os tempos e os modos foi disparando contra o Governo e o seu próprio partido (ou melhor dizendo a sua liderança) de forma inteligente, reconheça-se, mas na maioria das vezes sem qualquer rigor intelectual e, pior do que isto, faltando voluntariamente à verdade. Julga o professor que os tempos políticos estão hoje diferentes. Nos seus sonhos (ou delírios?) o Governo já não terá o apoio de outrora e só subsiste porque a alternativa consegue ser ainda mais fraca. Assim, pensa Marcelo, será esta, provavelmente, a sua última oportunidade. Só que ainda falta arredar do caminho o líder

do PSD. Poderia fazê-lo pelo confronto político directo, esperar pela sucessão natural, estabelecer um acordo de partilha de poder, mas é certamente mais fácil (e mais seguro) vencê-lo pelo ridículo. Esquecidas as tontarias da sua anterior liderança, feita a necessária aproximação ao partido (não há cerimónia de candidatura autárquica que não conte com a presença de Marcelo), mobilizados, para operações especiais de terrorismo político, os seus principais aliados (lembre-se, por todos, o Dr. Marques Mendes), recuperado o estatuto de personalidade da política activa, através da condição de analista televisivo «independente», é chegada a hora de remover o último obstáculo. Ao envolver o líder do PSD na ridícula e perigosa confrontação com a Assembleia da República (de que faz parte) e com o Presidente da República, o professor Marcelo Rebelo de Sousa, completa de forma notável e coerente a teia que teceu para derrotar Durão Barroso. O actual líder do PSD já está prisioneiro da estratégia montada; falta apenas receber a picada final que o conduzirá à morte política. O tempo que aí vem será, a este propósito, suficientemente esclarecedor. Nota final: Este artigo foi publicado no jornal «Semanário» em 9 de Novembro. Posteriormente, um editorial do DN e a análise política dum membro da direcção do DE trataram o assunto em termos semelhantes. Parece que o único que continua sem perceber é o Dr. Durão Barroso. Mesmo depois do discurso de Eurico de Melo em Guimarães... (Coitado!)

*Deputado ao Parlamento Europeu

«O País assistiu aos episódios da crise artificial que ele quis criar em torno da promulgação da lei militar. Cá para mim, foi mais um caso em que o carro do dr. Durão Barroso pegou de empurrão»
Edite Estrela
Journal de Notícias, 18 de Novembro

«Matosinhos é hoje um concelho com grande prestígio nacional, foi colocado no mapa político, mas sobretudo no das realizações concretas»
Narciso Miranda
Journal de Notícias, 19 de Novembro

«Desde 1996 que afirmo haver um critério militar subjacente à construção da União Europeia, tão importante ou mais, do que os critérios económicos e financeiros mesmo para se atingirem, simultaneamente e a prazo, os objectivos da prosperidade e do bem-estar»
Medeiros Ferreira
Diário de Notícias, 20 de Novembro

«Podemos olhar para o futuro de longo prazo da Segurança Social como algo que está sustentado, que nos vai permitir melhores níveis de protecção social, sem pôr em risco aquilo que é sagrado – a garantia do futuro das pensões»
Paulo Pedroso
Público, 20 de Novembro

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
António José Seguro
Director-adjunto
José Manuel Viegas
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa
Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor _____ € / _____ \$00	

Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____
Morada _____
Localidade _____
Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	2,49 € / 500\$	3,99 € / 800\$
Regiões Autónomas	3,49 € / 700\$	5,99 € / 1.200\$
Macau	6,48 € / 1.300\$	11,97 € / 2.400\$
Europa	7,48 € / 1.500\$	14,47 € / 2.900\$
Resto do Mundo	11,47 € / 2.300\$	21,95 € / 4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor _____ € / _____ \$00	

Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____
Morada _____
Localidade _____
Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	8,23 € / 1.650\$	16,21 € / 3.250\$
Regiões Autónomas	11,97 € / 2.400\$	22,94 € / 4.600\$
Macau	22,94 € / 4.600\$	45,39 € / 9.100\$
Europa	27,43 € / 5.500\$	53,87 € / 10.800\$
Resto do Mundo	42,40 € / 8.500\$	82,80 € / 16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

